

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS CENTRO DE CIÊNCIAS E
TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL

TAMIRES DE LIMA SOUZA

**SABERES TRADICIONAIS E TABUS ENTRE MULHERES RIBEIRINHAS DO
LAGO AMANÃ (AM) E QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA (SP)**

Sorocaba
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS CENTRO DE CIÊNCIAS E
TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL

TAMIRES DE LIMA SOUZA

**SABERES TRADICIONAIS E TABUS ENTRE MULHERES RIBEIRINHAS DO
LAGO AMANÃ (AM) E QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA (SP)**

Dissertação/tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental a Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental.

Orientação: Prof. Dr. Helbert Medeiros Prado

Sorocaba
2021

Souza, Tamires de Lima

Saberes tradicionais e tabus entre mulheres ribeirinhas do Lago Amanã (AM) e quilombolas do Vale do Ribeira (SP) / Tamires de Lima Souza -- 2021.

74f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Helbert Medeiros Prado

Banca Examinadora: Edna Ferreira Alencar, Marcelo

Nivert Schlindwein

Bibliografia

1. Saberes tradicionais. 2. Tabus. 3. Restrições alimentares. I. Souza, Tamires de Lima. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências e Tecnologias Para a Sustentabilidade
Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Tamires de Lima Souza, realizada em 06/09/2021.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Helbert Medeiros Prado (UFSCar)

Profa. Dra. Edna Ferreira Alencar (UFPA)

Prof. Dr. Marcelo Nivert Schlindwein (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil(CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental.

*A todas as populações tradicionais, as quais resistem e se reinventam com
o passar do tempo.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço às comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima no Vale do Ribeira (SP), e Boa Esperança, Ubim e Boa Vista do Calafate no Lago Amanã (AM) por autorizarem a realização da pesquisa e mais, pelo abrigo em suas casas e por compartilharem de bom grado seus conhecimentos e suas histórias de vida. Foi através desse compartilhamento que a pesquisa pôde se desenvolver e se enriquecer.

Agradeço, especialmente, ao meu orientador Professor Dr. Helbert Medeiros Prado. Um orientador que a graduação (na mesma instituição do mestrado) me possibilitou conhecer e que sempre se empenhou em dar a melhor orientação. Seus ensinamentos e seu comprometimento com a pesquisa como um todo são fatores que enriquecem os trabalhos aos quais se envolve, sendo este um deles.

Aproveito para agradecer a Suzana, uma companheira de campo no Lago Amanã, com quem pude ter essa experiência marcante e uma colega que me auxiliou muito nos momentos de dificuldade. Ao Instituto Mamirauá, pelo apoio logístico às etapas de campo realizadas no Lago Amanã. À FAPESP pelo financiamento, possibilitando as etapas de campo.

Sou grata ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental (Universidade Federal de São Carlos – Sorocaba) pelo apoio institucional. Ao corpo docente e aos colegas, com os quais pude realizar trocas essenciais para minha formação profissional e como cidadã, bem como para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Não posso deixar de agradecer as contribuições trazidas pelo Professor Dr. Flávio Bezerra Barros (Universidade Federal do Pará) e pela Professora Dra. Vanda Aparecida da Silva (Universidade Federal de São Carlos) na ocasião do exame de qualificação de mestrado.

Pela dedicação em minha criação, agradeço aos meus pais Maria e Nelson, os quais sempre serão minha base. Agradeço a minha irmã Tâmera por sempre me apoiar e acreditar em mim. Um agradecimento especial ao meu sobrinho Yohan que me ensinou (e ainda me ensina) tanto desde sua gestação, a qual despertou ainda mais meu interesse por assuntos relacionados.

Por fim, agradeço ao Paulinho com quem compartilho a vida. Um companheiro para todos os momentos, com quem sempre pude contar.

RESUMO

SOUZA, Tamires de Lima. Saberes tradicionais e tabus entre mulheres ribeirinhas do Lago Amanã (AM) e quilombolas do Vale do Ribeira (SP). 2021. 74 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) – Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, Sorocaba, 2021.

Proibições alimentares envolvem fatores culturais, sociais e biológicos que impactam o modo como os indivíduos interagem com os recursos naturais de seu meio. Essa dissertação buscou compreender como se estruturam os tabus e restrições alimentares entre mulheres ribeirinhas do Lago Amanã (AM) e quilombolas do Vale do Ribeira (SP). Para isso, utilizamos uma abordagem etnoecológica de orientação etnográfica em campo. Durante os trabalhos de campo combinamos observação participante, conversas informais e entrevistas semiestruturadas. A análise dos resultados se deu em termos quantitativos e qualitativos. Foram documentados 97 itens alimentares sob restrição, sendo 56 entre quilombolas e 51 entre ribeirinhas. A síndrome quente-frio/seco-úmido predominou no Vale do Ribeira e o sistema da reima no Lago Amanã. Fazendo uso das categorias de pureza e ambiguidade propostas por Mary Douglas, pudemos acessar a dimensão classificatória (ou epistêmica) dos itens passíveis de interdições. Com base no analogismo de Philippe Descola, inferimos sobre as bases ontológicas das noções locais de perigo relacionadas aos tabus nos dois contextos. Nessa perspectiva, observamos importantes semelhanças entre as duas áreas. Em síntese, o caráter comparativo deste estudo aponta para certas regularidades no modo como as crenças em tabus podem se manifestar no contexto rural brasileiro em âmbito geral.

Palavras-chave: Etnoecologia. Restrições alimentares. Síndrome quente-frio/seco-úmido. Reima, Abordagem epistemológica. Ontologia.

ABSTRACT

SOUZA, Tamires de Lima. Traditional knowledge and taboos among *ribeirinhas* women of the Amanã Lake (AM) and *quilombolas* of the Ribeira Valley (SP). 2021. 74 f. Dissertation (Master in Sustainability in Environmental Management) - Federal University of São Carlos, Sorocaba campus, Sorocaba, 2021.

Food prohibitions involve cultural, social, and biological factors that impact the way individuals interact with natural resources in their environment. This dissertation aimed to understand how food taboos and restrictions are structured among *ribeirinhas* women of Amanã Lake (AM) and *quilombolas* of Ribeira Valley (SP). To this end, we have adopted an ethnographic-oriented ethnoecological approach in the field. During the fieldwork, we combined the use of participant observation, informal conversations, and semi-structured interviews. We have documented 97 food items under restriction, 56 among *quilombolas*, and 51 items cited by the *ribeirinhas*. Hot-cold/dry-wet syndrome was prevalent in the Ribeira Valley while the system of reima dominated the reports in the Amanã Lake. Making use of categories of purity and ambiguity proposed by Mary Douglas we could access the classificatory (or epistemic) dimension of items subject to interdictions. Based on Philippe Descola's theory of analogism, we infer the ontological foundations of local beliefs in danger related to taboos in the two ethnographic contexts. In this perspective, we could observe relevant similarities between the two areas. In sum, the comparative fashion of this study points out some regularities with which beliefs in taboos can manifest in the Brazilian rural context in general.

Keywords: Ethnoecology. Food restrictions. Hot-cold/dry-wet syndrome. Reima. Epistemological approach. Ontology.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Comunidades foco do estudo e áreas do entorno na Reserva Amanã, AM (superior) e Vale do Ribeira, SP (inferior).....30
- Figura 2. Imagem captada pelos autores durante a pesquisa. “Mesa posta” sobre o assoalho de uma embarcação ribeirinha em trânsito na Reserva Amanã, AM.....33
- Figura 3. Imagem captada pelos autores durante a pesquisa. Uma cozinha quilombola de fogão de barro no Vale do Ribeira, SP.....34
- Figura 4. Amplitude de variação da quantidade de restrições alimentares citadas na RDS Amanã (AM) e no Vale do Ribeira (SP).....37
- Figura 5. Restrições por situação de liminaridade (esquerda) e menções por forma de classificação do alimento (direita), Amanã (AM) e Vale do Ribeira (SP).....38
- Figura 6. Correlações entre ‘repertório’ e ‘idade’ (acima) e entre ‘repertório’ e ‘gestações’ (abaixo), nos contextos do Amanã (AM) e Ribeira (SP).....39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	12
2 JUSTIFICATIVA	19
3 OBJETIVOS	20
3.1 OBJETIVO GERAL.....	20
3.1 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21
CAPÍTULO 1 – TABUS, ETNOECOLOGIA E DIMENSÃO ONTOLÓGICA ENTRE MULHERES QUILOMBOLA E RIBEIRINHAS (MATA ATLÂNTICA E AMAZÔNIA)	25
1 INTRODUÇÃO.....	26
1.1. Referencial teórico.....	27
2 MÉTODOS.....	29
2.1. Os contextos quilombola e ribeirinho (Vale do Ribeira e Reserva Amanã).....	29
2.2. Trabalho de campo e abordagem etnográfica.....	32
2.3. Definição das categorias analíticas.....	35
2.4. Análises estatísticas e apresentação das informações.....	35
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	36
3.1. Análise quantitativa dos repertórios.....	36
3.2. Análise qualitativa das narrativas.....	40
3.2.1. <i>‘Mamãe dizia minha filha a melancia é fria’</i> : As Qualidades quente, frio e reimoso.....	40
3.2.2. <i>‘A mulher nesses dias tá imunda’</i> : Menstruação, contágio e atração.....	41
3.2.3. <i>‘Porque ali a mulher tá em perigo’</i> : Gestação, poder e cuidado.....	43

3.2.4. <i>‘É perigoso porque a mulher fica toda aberta’</i> : Contágio, <i>perigo e dimensão ontológica</i>	45
4 CONCLUSÕES.....	48
AGRADECIMENTOS.....	49
REFERÊNCIAS.....	49
4 CONCLUSÕES GERAIS	57
APÊNDICES	59

1 INTRODUÇÃO GERAL

Os tabus e as restrições alimentares expressam as percepções que uma comunidade tem sobre seu meio, dessa forma, influenciam a maneira como as pessoas percebem, captam e usam os recursos de seu ambiente (ALVES et al., 2012; BEGOSSI, 1992). Ao revelar aspectos culturais e padrões de uso e captação de recursos na paisagem, os tabus alimentares podem ser explicados através de ajustes ecológicos na exploração dos recursos (BEGOSSI, 1992) ou através de uma interpretação funcionalista (MEYER-ROCHOW, 2009). Eles podem ser analisados também em seus aspectos simbólicos e sociais (DOUGLAS, 2000), ou mesmo estudados em conjunto nas dimensões sociais, ecológicas e simbólicas (MURRIETA, 2001; PIPERATA, 2008; VIEIRA; SHEPARD, 2017). De todo modo, as proibições alimentares envolvem fatores culturais, sociais e biológicos.

Como tradições culturais, os tabus representam regras sociais que regulam o comportamento humano (BEGOSSI, 1992; COLDING; FOLKE, 2001). Nesse contexto, a presença de outras formas de interdições sociais – como a de não se banhar no rio, não desempenhar atividades que envolvam força, dentre outros comportamentos – associadas às restrições alimentares se apresentam num complexo sistema de regras. No Brasil, essas regras de uso e proibições se apoiam em pelo menos três grandes sistemas de classificação de alimentos, o modelo seco/úmido, a chamada síndrome quente-frio e o sistema da reima, com maior incidência destes dois últimos (RODRIGUES, 2001; WOORTMANN, 2008). Esses sistemas podem funcionar mediante classificações dos alimentos em pares de oposições, quente/frio ou seco/úmido ou reimoso/não reimoso, sendo aplicados em situações de liminaridade física ou social. Neste trabalho, o conceito de liminaridade está sendo empregado como um momento de transição entre dois estados subjetivos de existência da mulher, como nas situações da menstruação, da gestação e do pós-parto (MURRIETA, 2001; PIPERATA, 2008; SILVA, 2008).

O sistema da reima, assim como as classificações em quente/frio ou seco/úmido tem suas origens relacionadas a medicina humoral (RODRIGUES, 2001). A medicina humoral, sendo o principal sistema etnomédico encontrado na América Latina, tem sua procedência correlacionada a medicina hipocrática clássica (FOSTER, 1987). Esse sistema etnomédico regeu a medicina popular brasileira até o início do século XX (MORAN, 2010) e até certo ponto ainda parece presente no contexto rural brasileiro. De acordo com a concepção da teoria humoral, a doença é compreendida como a perturbação da harmonia entre o corpo e a natureza (FOSTER, 1987; LOGAN, 1973). A alimentação, sendo algo externo (meio) que

será introduzido ao organismo, recebe atenção especial na manutenção do equilíbrio deste. Neste ponto, as prescrições e proibições alimentares auxiliam no controle da relação do alimento com o corpo.

Diante do exposto, as proibições alimentares se inserem no âmbito de discussões sobre conhecimentos tradicionais, medicina popular, práticas mágico-religiosas, natureza e sociedade. A relação natureza-sociedade suscita debates abordados nas principais correntes intelectuais ocidentais (por um lado o determinismo ambiental, por outro o determinismo cultural), preocupadas em explicar a interação entre os indivíduos e a natureza (MORAN, 2010). O paradigma dualista entre natureza-cultura tem sido discutido à luz de reflexões sobre sociedades não-ocidentais, que funcionam mediante a relação de humanos e não-humanos convivendo sóciocosmicamente pelos mesmos sistemas de regras em um ambiente marcado por essa interação (DESCOLA; PÁLSSON, 1996; LATOUR, 2009; VIVEIROS DE CASTRO, 2004). Desse modo, a separação entre cultura e natureza é concebida no pensamento ocidental como se o primeiro fosse relativo a humanos e o segundo relativo a não-humanos (objetos naturais ou artificiais) (DESCOLA, 2016). Muito embora, num primeiro momento, essa distinção pareça fácil, na prática ela se mostra extremamente problemática.

Nesse cenário, estudos sobre tabus alimentares a partir de uma perspectiva antropológica podem trazer importantes contribuições na integração entre conhecimento tradicional e estratégias para conservar e gerenciar os recursos naturais (ALVES; ALVES, 2011; BEGOSSI, 1992). Dito isto, o presente trabalho se utiliza de uma abordagem etnoecológica de orientação etnográfica e antropológica com etapas de campo em dois contextos etnográficos distintos, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM (RDSA) e o Vale do Ribeira, SP. Na RDSA (AM), uma das maiores áreas de floresta tropical protegida da América do Sul, predomina as florestas de terra firme, ocorrendo também áreas de campinarana, de várzea e florestas de igapó (QUEIROZ, 2005). O Vale do Ribeira (SP) faz parte da maior área contínua de Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa Montana/Submontana) no Brasil (VELOSO; GÓES-FILHO, 1982; RIBEIRO et al., 2009). Os trabalhos de campo combinaram observação participante, aplicação de entrevistas informais e semiestruturadas (BERNARD, 2006; VIERTLER, 2002), como parte do registro etnográfico.

O campo das etnociências reúne subcampos, como a etnobiologia, a etnoastronomia, a etnopedologia, a etnolinguística, dentre outros, que enfocam principalmente conhecimentos locais e seus processos cognitivos (PRADO; MURRIETA, 2015). As etnociências emergem num contexto de avanços em pesquisas biológicas, linguísticas e antropológicas cognitivas,

envolvendo conhecimentos tradicionais (ANDERSON, 2011; MORAN, 2010; STURTEVANT, 1964). Nesse cenário, a linguagem toma um espaço importante no campo da etnociência, uma vez que culturalmente características cognitivas significativas podem ser transmitidas entre pessoas por meio da linguagem. Assim sendo, a abordagem etnociência ao focar sistemas locais de conhecimento e cognição tem como um de seus princípios (objetivos) mais importantes e mais desafiadores o de analisar e descrever esses sistemas de conhecimento, conforme as classificações de uma determinada cultura (PRADO; MURRIETA, 2015).

Segundo Prado e Murrieta (2015) a etnobiologia, um subcampo amplo das etnociências, engloba outros campos específicos como a etnozootologia, a etnobotânica, a etnoecologia. A etnozootologia e a etnobotânica concentram seus trabalhos em classificações taxonômicas locais de grupos específicos de organismos (animais e plantas). Já a etnoecologia enfoca as interpretações locais sobre os fenômenos ambientais de maneira abrangente e como o conhecimento sobre as interações de diferentes componentes do ambiente como por exemplo, o solo, a vegetação, os rios, a distribuição da fauna, etc., se constrói na prática (PRADO; MURRIETA, 2015; TOLEDO, 1992). O estudo do conhecimento ecológico tradicional pode ser tratado com registros de mitos, práticas religiosas, crenças espirituais, atividades econômicas, dentre outros, em junção ao conhecimento estritamente cognitivo ou “científico” de plantas e animais (ANDERSON, 2011; TOLEDO, 1992). Muito desse conhecimento tradicional advém das práticas e experiências que as pessoas locais realizam e vivenciam diariamente. A sua transmissão pode se dar por meio de histórias, músicas, participação em atividades, que perpassam gerações. Dessa forma, se apresenta como um conhecimento adaptável e de extrema relevância em assuntos que envolvem os recursos naturais (ANDERSON, 2011; PRADO; MURRIETA, 2015; ALVES et al., 2010).

A abordagem etnoecológica se depara com desafios nos diálogos entre os saberes tradicionais e os conhecimentos derivados da ciência ocidental, sendo estes orientados por uma noção ocidental de natureza. Desse modo, conflitos entre a ciência ocidental e as epistemologias locais se configuram e se intensificam com o crescimento de movimentos ambientalistas e conservacionistas (DESCOLA; PÁLSSON, 1996). O presente trabalho buscou compreender os sistemas de classificações de tabus e restrições alimentares entre ribeirinhas e quilombolas e suas influências nas práticas realizadas diariamente por essas mulheres. Para tanto, se utilizou da abordagem etnoecológica sob orientação antropológica e etnográfica (mencionada mais acima) para registrar e analisar esse conhecimento. Populações locais experienciam seus conhecimentos em suas rotinas, podendo encontrar maior facilidade

em explicá-los enquanto desenvolvem suas atividades diárias. Dessa maneira, a observação participante, principal técnica aqui utilizada, possibilitou participar e experienciar as práticas realizadas cotidianamente e registrar os conhecimentos envolvidos nessas práticas.

A título de contextualização, é importante mencionar que esta pesquisa se iniciou com uma Iniciação Científica (IC) desenvolvida por mim, Tamires Souza, com bolsa da FAPESP (Processo 2018/19090-3). Este trabalho envolveu o contexto da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM (RDSA). Inicialmente, o contexto social e econômico do Amanã pôde ser compreendido a partir dos estudos de Alencar (2009, 2010); Peralta; Lima (2010); Valsecchi; Amaral (2010). No trabalho de campo na RDSA, com duração de três semanas (07 a 29 de março de 2019), foram obtidos dados etnoecológicos. Dentre eles, os relatos sobre tabus e restrições alimentares despertaram o interesse para as análises subsequentes.

A habitação humana do território da RDSA é marcada por aspectos históricos, envolvendo a ocupação da Amazônia de forma mais abrangente. Esse cenário envolveu a exploração dos recursos naturais (principalmente a extração do látex), a migração de nordestinos para os seringais, o declínio da demanda pela borracha, a formação de comunidades e o desenvolvimento de atividades baseadas na agricultura e na pesca (ALENCAR, 2009, 2010). É nesse contexto de ocupação da Amazônia que as obras seminais de Galvão (1955) e Wagley (1957) trazem elucidicações sobre o contexto amazônico em seus sistemas de crenças e tabus.

O contexto amazônico se configura em arraigadas crenças populares e tabus, que se sobrepõem às atividades das pessoas na exploração do meio (WAGLEY, 1957). Os rios, a selva, a fauna e a flora possuem aspectos próprios dessas crenças, por vezes religiosas, e são utilizados e explorados sob esse domínio. As crenças religiosas sobre seres sobrenaturais que habitam os rios, a mata, regem as ações de captação dos recursos naturais (GALVÃO, 1955). As técnicas de caça e de pesca, e o conhecimento sobre fauna e flora envolvem crenças populares em forças mágicas, como a panema (“má sorte”, “desgraça”), e práticas de magia. Por conseguinte, explicações para imprevistos na caça e na pesca, se apoiam nas crenças em forças mágicas e, em alguns momentos, podem ser contornados através de práticas também mágicas (GALVÃO, 1955; WAGLEY, 1957).

No âmbito dos usos da fauna e da flora por populações amazônicas, os sistemas de crenças e tabus envolvidos em tais usos podem ser analisados em seus aspectos simbólicos, cosmológicos e ambientais (FIGUEIREDO; BARROS, 2016; VIEIRA; SHEPARD, 2017; SILVA, 2007; WAWZYNIAK, 2012). Nesse contexto de grande riqueza de mitos, concepções, crenças e práticas, as prescrições – alimentares, na caça, na pesca, dentre outras –

se revelam sob forma de normas culturais, de relações sociais e instituem um certo grau de controle ambiental (FIGUEIREDO; BARROS, 2016; VIEIRA; SHEPARD, 2017). Santos e colaboradores (2017), ressaltam em sua pesquisa prescrições para mulheres menstruadas e de resguardo, alertando sobre bichos e coisas encantadas que as poderiam engravidar, no formato de relatos de parteiras, como o de Dona Augustinha: “Disse Dona Augustinha Farias: [...] Era metade criança, a metade gente e metade bicho, era mão de preguiça e pé de preguiça, filha da minha filha, [...]” (SANTOS et al., 2017, p. 214).

Em outro relato registrado por Piperata (2008), ela elucida na fala de um entrevistado animais considerados tabu devido ao seu comportamento: “Seu Roberto explained why an animal’s behavior, specifically gnawing, makes its flesh taboo: Because, as I understand it, just as he is damned to gnaw what it eats, it is also going to make your wound itch. It bleeds, in the same way as if you cut yourself or when an animal bit you” (PIPERATA, 2008, p. 1098). Maués e Maués (1978, p. 124) apontam que “a galinha [...] é vista como reimosa para alguém que sofra de uma doença nos olhos ou de uma ferida, pois, assim como a galinha “cisca” (arranha) o chão, ela também arranhará o doente, contribuindo para agravar sua enfermidade.”

Neste trabalho, alguns relatos semelhantes aos expostos acima foram registrados através das entrevistas realizadas com as mulheres quilombolas e ribeirinhas. É importante mencionar que a análise mais refinada dos dados etnoecológicos (obtidos durante a IC) se deu no âmbito deste mestrado (ME), com bolsa da FAPESP (Processo 2019/18730-1), o qual possibilitou a expansão da análise em outro contexto, o Vale do Ribeira (SP). O interesse pelo Vale do Ribeira (SP) se deu primeiramente devido ao fato de que tanto a IC quanto o ME fazem parte de um projeto mais abrangente envolvendo esse contexto e o da RDSA (Projeto Auxílio à Pesquisa da FAPESP Processo 2016/04680-4).

O Vale do Ribeira (SP), por ser uma área remanescente de Mata Atlântica possui grande importância para conservação desse bioma, sendo um dos mais biodiversos e ameaçados do planeta (PEDROSO JÚNIOR et al., 2008). Sua relevância se estende às populações tradicionais que vivem e sobrevivem deste ambiente. Essas populações utilizam o meio principalmente para práticas de agricultura de subsistência, com cultivos (roças) e para caça, que envolvem ricos conhecimentos etnobiológicos (ADAMS et al., 2013; FUTEMMA et al., 2015; PRADO et al., 2014; PRADO; MURRIETA, 2018; PRADO et al., 2020). Por esses motivos, a região do Vale do Ribeira, SP, desperta interesses de pesquisadores e concentra trabalhos, que contextualizam a área em seus aspectos históricos, antropológicos, ambientais, sociais.

As mudanças históricas que afetaram e ainda afetam as práticas tradicionais no Vale do Ribeira são abordadas no trabalho de Fudemma e colaboradores (2015). No trabalho de Munari (2009) as questões que envolvem a agricultura nessa região são discutidas sob uma perspectiva social, histórica e ecológica. Adams e colaboradores (2013) analisam impactos de políticas no uso da terra que impactam o meio ambiente e a subsistência de comunidades quilombolas do Ribeira. O conhecimento ecológico local dos quilombolas do Vale sobre mamíferos silvestres é destacado nos trabalhos de Prado e Murrieta (2018), Prado e colaboradores (2013) e Prado e colaboradores (2014). Sob uma perspectiva antropológica o conhecimento sobre caça e ecologia desses quilombolas puderam ser registrados por Prado e colaboradores (2020). Nesta mesma região, o estudo de Prado (2011) apresenta padrões nutricionais e estratégias produtivas de comunidades quilombolas, com coleta de dados de dieta (PRADO, 2011). Nesta conjuntura, é possível dizer que pouco se sabe sobre tabus nesta região e que o presente trabalho pôde trazer contribuições inéditas nesse campo de pesquisa.

Sob essas circunstâncias, a comparação entre os dois contextos apresentados permeou todo o trabalho, respeitando as singularidades de cada um. Muito embora sejam contextos distintos ambiental e etnograficamente, semelhanças puderam ser constatadas e discutidas em análises envolvendo uma parte quantitativa e outra qualitativa dos resultados obtidos. Como produto desses resultados, um artigo científico foi elaborado. Esse artigo será apresentado a seguir e compõe o capítulo I (único) desta dissertação. A estrutura e formatação deste artigo seguem as normas de publicação estipuladas pelo Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, ao qual foi submetido.

Neste estudo foram compiladas um total de 97 itens alimentares sob restrição, que aqui tomamos como restrições alimentares, sendo que destes 56 foram citados no Ribeira e 51 no Amanã. Ainda que a imensa maioria dos itens tenham sido citados uma única vez em cada contexto, houve uma parcela reduzida que foi citada em ambos os contextos. Com base nessas restrições e em categorias analíticas (definidas ao longo da pesquisa), as quais serão apresentadas no capítulo I, análises estatísticas foram realizadas. A partir das narrativas de mulheres quilombolas e ribeirinhas obtidas em trabalho de campo modelos interpretativos foram utilizados para compreender e melhor discutir esses resultados. O modelo classificatório de Douglas (2000), baseado nos conceitos de pureza, ambiguidade, poder e perigo foi utilizado para interpretar as interdições alimentares registradas. Por fim, o conceito de contágio ou perigo também pôde ser interpretado através da abordagem de Descola (2013) em sua dimensão ontológica. O processo de transferência de propriedades se alinha a

concepção do analogismo proposto por este autor. Essa concepção desperta discussões acerca do paradigma da dicotomia natureza/cultura, contextualizado mais acima.

Os tabus e as interdições alimentares se relacionam direta ou indiretamente com os usos do meio e com a captação dos recursos presentes no ambiente. Esses usos podem operar no interior dos sistemas de crenças, através das quais os tabus podem se apoiar ou mesmo se consolidar. Trazer à tona saberes tradicionais ou populares sobre esse assunto e discuti-los sob uma ótica simbólica e ontológica pode favorecer diálogos entre populações tradicionais e ambientalistas, para que o gerenciamento de recursos e ecossistemas essenciais se dê de maneira colaborativa.

2 JUSTIFICATIVA

Primeiramente, a presente pesquisa fornece importantes contribuições ao debate que envolve tabus e subsistência de populações tradicionais ao realizar uma análise complementar em termos quantitativos e qualitativos. Pois, quando os resultados não podem mais ser interpretados através de termos quantitativos, eles podem ser lidos sob uma ótica qualitativa, na busca por uma interpretação mais completa.

Os saberes tradicionais registrados e aqui apresentados de mulheres ribeirinhas e quilombolas aportam uma relevante contribuição nos estudos de hábitos alimentares, conhecimentos tradicionais e manejo dos recursos, ao colocar em perspectiva a produção antropológica sobre o tema encontrada na bibliografia indicada; bem como ao trazer interpretações numa perspectiva classificatória ou epistêmica e numa dimensão ontológica, sob amparo de modelos interpretativos buscados na literatura.

Destacamos também as contribuições inéditas no contexto quilombola do Vale do Ribeira (SP) sobre o conhecimento de tabus e restrições alimentares. Como foi pontuado na introdução, pouco se sabia sobre esse tópico neste contexto, sobre o qual o presente trabalho se propôs trazer à luz. A possibilidade de comparação entre os dois contextos se confirma a partir dos dados obtidos no Ribeira e dos dados coletados no Amanã. Nessa perspectiva, a natureza comparativa deste estudo possibilitou acessar semelhanças entre dois contextos tão distantes geograficamente e tão diferentes culturalmente. Essas semelhanças podem auxiliar na elucidação de padrões de crenças e tabus no contexto rural brasileiro de maneira mais abrangente. Em suma, o presente trabalho traz colaborações em suas análises para uma melhor compreensão de padrões de tabus em escala nacional.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Compreender como se estruturam os sistemas de classificações de tabus e restrições alimentares entre ribeirinhas e quilombolas e suas influências nas práticas realizadas diariamente por essas mulheres, comparando estes dois contextos distintos.

3.2 Objetivos específicos

- (I) Definir categorias analíticas para padronização das análises sobre os repertórios estudados, a partir de uma abordagem tanto quantitativa como qualitativa;
- (II) Investigar diferenças e semelhanças nos saberes tradicionais sobre tabus e restrições alimentares de mulheres do Vale do Ribeira (SP) e da RDSA (AM), num caráter comparativo entre os dois contextos;
- (III) No âmbito das análises quantitativas, testar hipóteses sobre o tamanho do repertório sobre tabus dessas mulheres, relacionando-o à idade e ao número de gestações das entrevistadas;
- (IV) Na esfera da abordagem qualitativa, interpretar os relatos locais sobre tabus numa perspectiva classificatória (ou epistêmica) e também ontológica, sob amparo de modelos interpretativos buscados na literatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, C. et al. Diversifying Incomes and Losing Landscape Complexity in Quilombola Shifting Cultivation Communities of the Atlantic Rainforest (Brazil). **Human Ecology**, v. 41, p. 119–137, set. 2013.
- ALENCAR, E. F. O tempo dos padrões “brabos”: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. **Amazônica**, v. 1, n. 1, p. 178–199, 2009.
- ALENCAR, E. F. Dinâmica territorial e mobilidade geográfica no processo de ocupação humana da reserva de desenvolvimento sustentável Amanã - AM. **Uakari**, v. 6, n. 1, p. 39–58, 2010.
- ALVES, A. G. C. et al. Etnoecologia ou Etnoecologistas? Encarando a diversidade conceitual. In ALVES, A. G. C.; SOUTO, F. J. B.; PERONI, N. (Org). **Etnoecologia em perspectiva: natureza, cultura e conservação**. Recife: Nupeea, p. 17-39. 2010.
- ALVES, R. R. N. et al. Animals for the gods: Magical and religious faunal use and trade in Brazil. **Human Ecology**, v. 40, n. 5, p. 751–780, 2012.
- ALVES, R. R. N.; ALVES, H. N. The faunal drugstore: Animal-based remedies used in traditional medicines in Latin America. **Journal of ethnobiology and ethnomedicine**, v. 7, n. 1, p. 1–43, 2011.
- ANDERSON, E. N. Ethnobiology: Overview of a Growing Field. In: ANDERSON, E. N.; PEARSALL, D. M.; HUNN, E. S.; TURNER, N. J. **Ethnobiology**. Hoboken: John Wiley & Sons, p. 01-14. 2011.
- BEGOSSI, A. Food Taboos at Buzios Island (Brazil): Their Significance and Relation to Folk Medicine. **Journal of Ethnobiology**, v. 12, n. 1, p. 117–139, 1992.
- BERNARD, H. R. **Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches**. 4th. ed. Lanham-New York-Toronto-Oxford: AltaMira Press, 2006.
- COLDING, J.; FOLKE, C. Social taboos: “Invisible” systems of local resource management and biological conservation. **Ecological Applications**, v. 11, n. 2, p. 584–600, 2001.
- DESCOLA, P. **Beyond nature and culture**. London: University of Chicago Press, 2013.
- DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. São Paulo: Editora 34, p. 64, 2016.
- DESCOLA, P.; PÁLSSON, G. Introduction. In: **Nature and Society**. London and New York: Routledge, 1996.
- DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. 2nd. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- FIGUEIREDO, R. A. A.; BARROS, F. B. Caçar, preparar e comer o “bicho do mato”: Práticas alimentares entre os quilombolas na reserva extrativista ipaú-Anilzinho (Pará).

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas, v. 11, n. 3, p. 691–713, 2016.

FOSTER, G. M. On the origin of humoral medicine in Latin America. **Medical Anthropology Quarterly**, 1(4), 355-393, 1987.

FUTEMMA, C.; MUNARI, L. C.; ADAMS, C. The Afro-Brazilian Collective Land: Analyzing Institutional Changes in the Past Two Hundred Years. **Latin American Research Review**, v. 50, n. 4, p. 26–48, 2015.

GALVÃO, E. **Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1955.

LATOURETTE, B. **Jamais fomos modernos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

LOGAN, M. H. Humoral medicine in Guatemala and peasant acceptance of modern medicine. **Human organization**, 385-395, 1973.

MAUÉS, R. H.; MAUÉS, M. A. M. O modelo da “reima”: representações alimentares em uma comunidade amazônica. **Anuário Antropológico**, p. 120–147, 1978.

MEYER-ROCHOW, V. B. Food taboos: their origins and purposes. **Journal of ethnobiology and ethnomedicine**, v. 5, n. 18, p. 1–10, jan. 2009.

MORAN, E. F. **Adaptabilidade humana: Uma introdução à antropologia ecológica**. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.

MUNARI, L. I. **Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do vale do Ribeira e sua relação com a formação da mata atlântica local**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, 2009.

MURRIETA, R. S. S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia**, v. 44, n. 2, p. 39–88, 2001.

PEDROSO JÚNIOR, N. N. et al. The house and the garden: socio-economy, demography and agriculture in Quilombola populations of the Ribeira Valley, São Paulo, Brazil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 2, p. 227–252, 2008.

PERALTA, N.; LIMA, D. DE M. Um panorama abrangente da economia doméstica de Mamirauá e Amanã em 2010. **Uakari**, v. 9, n. 2, p. 33–62, 2013.

PIPERATA, B. A. Forty days and forty nights: a biocultural perspective on postpartum practices in the Amazon. **Social science & medicine**, v. 67, p. 1094–1103, out. 2008.

PRADO, H. M. et al. Ethnography, ethnobiology and natural history: narratives on hunting and ecology of mammals among quilombolas from Southeast Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 16, n. 9, 2020.

PRADO, V. L. S. **Ecologia Política da comida e nutrição em duas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (Estado de São Paulo, Brasil)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2011.

PRADO, H. M.; MURRIETA, R. S. S. A etnoecologia em perspectiva: origens, interfaces e correntes atuais de um campo em ascensão. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, p. 139-160, 2015.

PRADO, H. M.; MURRIETA, R. S. S. The Role of Swidden Cultivation in Shaping Ethnozoological Knowledge: Integrating Historical Events and Intergenerational Analyses among Quilombolas from Southeast Brazil. **Journal of Ethnobiology**, v. 38, n. 3, p. 297, set. 2018.

PRADO, H. M. et al. Complementary Viewpoints: Scientific and Local Knowledge of Ungulates in the Brazilian Atlantic Forest. **Journal of Ethnobiology**, v.33, n. 2, p. 180-202, 2013.

PRADO, H. M. et al. Local and scientific knowledge for assessing the use of fallows and mature forest by large mammals in SE Brazil: identifying singularities in folk ecology. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v.10, n. 7, 2014.

QUEIROZ, H. L. A Criação Da Reserva Amanã: Um Importante Estágio Para a Consolidação Do Embrião Do Corredor Central Da Amazônia. In AYRES, J. M., FONSECA G. A. B., RYLANDS, A. B., QUEIROZ, H. L., PINTO; L. P., MASTERSON, D., CAVALCANTI, R. B. **Os Corredores Ecológicos Das Florestas Tropicais Do Brasil**. Sociedade Civil Mamirauá: Belém, 2005. cap. ad. 1. pp. 246-49.

RIBEIRO, M. C. et al. The Brazilian Atlantic Forest: How much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. **Biological conservation**, v. 142, n. 6, p. 1141-1153, 2009.

RODRIGUES, A. G. Buscando Raízes. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 16, p. 131-144, 2001.

SANTOS, A. M. S. DOS; COSTA, E. M.; BARROS, F. B. As parteiras e a arte de fazer partos em perspectivas cosmológicas na Ilha do Marajó. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 49, p. 201-218, 2017.

SILVA, A. L. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). **Revista de Antropologia**, v. 50, n. 1, p. 125-179, jun. 2007.

SILVA, M. DAS G. S. N. Dieta Alimentar de mulheres grávidas e paridas em áreas ribeirinhas da Amazônia. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**, p. 1-7, 2008.

STURTEVANT, W. C. Studies in Ethnoscience. **American Anthropologist**, v. 66, n.3, p. 99-131, 1964.

TOLEDO, V. What is Ethnoecology? Origins, Scope, and Implications of a Rising Discipline. **Ethnologica**, v.1, n. 1, p. 5-21, 1992.

VALSECHI, J.; AMARAL, P. V. Perfil da caça e dos caçadores na reserva de desenvolvimento sustentável Amanã, Amazonas, Brasil. **Ukari**, v. 5, n. 2, p. 33–48, 2009.

VELOSO, H. P. GÓES-FILHO, L. Fitogeografia brasileira: classificação fisionômico-ecológica da vegetação neotropical. **RADAMBRASIL**, 1982.

VIEIRA, M. A. R. DE M.; SHEPARD, G. H. “A anta tem muita ciência”: Racionalidade ecológica e ritual da caça entre ribeirinhos amazônicos. In: MARCHAND, G.; VELDEN, F. VANDER (Eds.). . **Olhares cruzados sobre as relações entre seres humanos e animais silvestres na Amazônia (Brasil, Guiana Francesa)**. [s.l.] Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2017. p. 17–32.

VIERTLER, R. B. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/CNPq, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, v. 14, n. 18, p. 225–254, 2004.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

WAWZYNIAK, J. V. “Engerar”: uma categoria cosmológica sobre pessoa, saúde e corpo. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 5, n. 2, p. 33–55, 2003.

WOORTMANN, K. Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas. **Caderno Espaço Feminino**, v. 19, n. 1, p. 17–30, 2008.

CAPÍTULO I

Tabus, etnoecologia e dimensão ontológica entre mulheres quilombolas e ribeirinhas (Mata Atlântica e Amazônia)

Taboos, ethnoecology and ontological dimension among quilombolas and ribeirinhas women (Atlantic Forest and Amazonia)

RESUMO: Escolhas e tabus alimentares emergem de intrincados processos cotidianos regidos por anseios e oportunidades de ordem econômica, ecológica, simbólica e ontológica. Este artigo investiga tabus alimentares e interdições comportamentais entre ribeirinhas do Lago Amanã (AM) e quilombolas do Vale do Ribeira (SP). Trinta e nove pessoas foram entrevistadas entre os meses de janeiro de 2019 e janeiro de 2020. A síndrome quente-frio/seco-úmido predominou no Vale do Ribeira, o sistema da reima no Lago Amanã. As categorias de pureza e ambiguidade propostas por Mary Douglas permitiu acessar a dimensão classificatória (ou epistêmica) dos elementos passíveis de interdições. Já o analogismo de Philippe Descola possibilitou inferir sobre os fundamentos ontológicos das noções locais de perigo associadas aos tabus nos dois contextos. Chama atenção a presença dos mesmos fundamentos epistêmicos e ontológicos nos relatos sobre tabus nos dois contextos. Por fim, o valor heurístico da abordagem aqui desenvolvida para uma melhor compreensão das crenças em tabus no Brasil também é discutido.

Palavras-chave: Tabu alimentar, ribeirinhas, quilombolas, síndrome quente-frio/seco-úmido, reima, analogismo.

ABSTRACT: Food choices and taboos arise from intricate daily processes driven by economics, ecological, symbolic, and ontological demands and opportunities. This article investigates food taboos and behavior restrictions among ribeirinhas from Amanã Lake (AM) and quilombolas (maroon population) from Ribeira Valley (SP). Thirty-nine individuals were interviewed between January 2019 and January 2020. The hot-cold/dry-wet syndrome prevailed in the Ribeira Valley, while the reima system has dominated in the Amanã Lake. The categories of purity and ambiguity conceived in Mary Douglas' approach allowed to access the classificatory (or epistemological) dimension of the elements under prohibition. In

turn, the analogism of Philippe Descola made it possible to infer about the ontological foundation of local conceptions of danger related to the taboos in the two ethnographic contexts. The presence of the same epistemic and ontological foundations in the taboo reports in both contexts is noteworthy. Finally, the heuristic value of the ontological approach herein developed for better understand taboo beliefs in Brazil is also discussed.

Keywords: Food taboos, riverine populations, quilombolas, hot-cold/dry-wet syndrome, reima, analogism.

1. INTRODUÇÃO

Proibições alimentares e outras formas de interdições sociais associadas a situações de liminaridade dos indivíduos podem ser abordadas através das lentes de grandes esquemas analíticos, como aqueles oriundos da antropologia social (DOUGLAS, 2000), da antropologia ecológica (Begossi, 1992; Harris, 1985; Nettle, Gibson, Lawson, & Sear, 2013) e do estruturalismo (Descola, 1998; Lévi-Strauss, 2010; Viveiros de Castro, 2002b). Hábitos alimentares também podem ser concebidos como processo forjado no cotidiano (BOURDIEU, 1983; CERTEAU, 2014; MURRIETA, 2001), a partir de uma abordagem na qual dimensões sociais, ecológicas e simbólicas do fenômeno sejam abarcadas em conjunto nas análises (ANDERSON, 2005; PIPERATA, 2008; VIEIRA; SHEPARD, 2017).

No âmbito de populações de pequena escala, estudos sobre hábitos alimentares a partir de uma perspectiva antropológica podem iluminar aspectos subjacentes envolvendo padrões de uso e captação de recursos na paisagem, conhecimentos tradicionais e formas indiretas de manejo dos recursos. Nesse sentido, estudos sobre dieta apresentam importantes interfaces com as áreas da ecologia humana, das etnociências e da conservação (ANDERSON, 2005; COLDING; FOLKE, 2001; FIGUEIREDO; BARROS, 2016; MC CUNE; KUHNLEIN, 2011).

Este artigo apresenta dados e narrativas sobre tabus alimentares e outras interdições associadas a estados de liminaridade¹ entre ribeirinhas² do Lago Amanã (Amazônia Central, AM) e quilombolas do Vale do Ribeira (Mata Atlântica, SP). Situações envolvendo

¹ O conceito de liminaridade está sendo empregado neste artigo como uma situação limítrofe entre dois estados subjetivos de existência da mulher, como aqueles que se insinuam nas situações da menstruação, da gestação e do pós-parto.

² O termo 'ribeirinhas' está sendo mobilizado neste artigo não como uma categoria êmica, mas em referência ao campesinato amazônico associado às áreas de várzea, em oposição ao contexto da terra-firme. Maiores detalhes sobre o uso do termo encontram-se na descrição da população do Lago Amanã na seção 'Métodos'.

menstruação, gestação e cuidados durante o pós-parto são especialmente analisadas. Hipóteses correlacionando tamanho de repertório, idade e quantidade de gestações também são testadas.

Atenção especial é dada à análise qualitativa das narrativas reportadas. Estas são problematizadas em sua dimensão simbólica e epistemológica, especialmente à luz do modelo da reima (MAUÉS; MAUÉS, 1978), da síndrome quente-frio/seco-úmido (RODRIGUES, 2001) e dos conceitos de poder, perigo e contágio presentes em Douglas (2000). Diferentemente da Amazônia onde o sistema da reima é reconhecidamente predominante e quase universal (RODRIGUES, 2001; WOORTMANN, 2008), pouco se sabe sobre tabus alimentares e representações locais associadas a estados de liminaridade entre quilombolas no Vale do Ribeira (SP).

Uma discussão no nível ontológico também é proposta, identificando no modelo do analogismo de Descola (2013) a oportunidade de acessar uma concepção de realidade na interface natureza-cultura que se pode depreender das narrativas registradas. Diferentemente do contexto indígena na Amazônia (Daly & Shepard, 2019; Descola, 1998; Kohn, 2013; Viveiros de Castro, 2002b), estudos envolvendo cosmologia e formas de representação simbólica da natureza ainda são escassos entre ribeirinhos amazônicos (Santos, Costa, & Barros, 2017; Wawzyniak, 2003, 2012), a despeito das obras seminais de Galvão (1955), Wagley (1957) e Maués (1990) nesta interface. Considerando o seguimento social quilombola, estudos que tratam da dimensão ontológica da experiência humana na interface natureza-cultura parecem ainda menos expressivos (Melo & Barros, 2016; Prado, Costa, Schlindwein & Murrieta, 2020).

A título de contextualização, este artigo é parte de um projeto de pesquisa mais abrangente em ecologia humana e etnoecologia (FAPESP 2016/04680-4), envolvendo estudos comparativos entre Amazônia Central e Sudeste do Brasil (Costa, 2020; Gonçalves, 2020; Haijala, 2020; Prado, 2020; Prado et al., 2020; Souza, 2020). A seleção dos contextos etnográficos aqui considerados, das temáticas tratadas e do referencial teórico aqui mobilizado se deu no âmbito desse projeto principal.

1.1. Referencial teórico

No Brasil há pelo menos dois grandes sistemas de classificação de alimentos que mediam as regras de uso e proibições, a chamada síndrome quente-frio e o sistema da reima (RODRIGUES, 2001), estando esta última associada principalmente à formação do campesinato amazônico, ou caboclo (MAUÉS; MAUÉS, 1978). Nestes sistemas, alimentos

podem ser classificados segundo pares de oposição do tipo reimoso/não-reimoso ou quente/frio, sendo assim prescritos ou proibidos, visando a manutenção do equilíbrio do organismo (WOORTMANN, 2008). Estes dois sistemas se aplicam em especial quando os indivíduos se encontram sob alguma liminaridade física ou social, sobretudo quando acometidos por enfermidades ou durante os períodos de menstruação, gestação e pós-parto. Não por acaso, eles recaem especialmente sobre as mulheres (Murrieta, 2001; Piperata, 2008; Silva, 2008).

Por estas características, a origem destes sistemas no Brasil, e na América do Sul como um todo, há muito tem sido atribuída à teoria humoral greco-romana (CURRIER, 1966; FOSTER, 1953; RODRIGUES, 2001). Como núcleo duro do pensamento ocidental articulando natureza, saúde, medicina e sociedade, tal esquema classificatório dominaria o pensamento europeu ao longo de toda Idade Média até o século XVIII (MORAN, 2010). A partir do século XVI, migraria para a América do Sul na esteira da colonização ibérica do Novo Mundo, e viria também a dominar a medicina popular no Brasil até início do século XX. Nota-se que o termo grego para humor líquido é *reuma*, provável origem de reima conforme utilizada no Brasil, especialmente na Amazônia (RODRIGUES, 2001; WOORTMANN, 2008).

No âmbito da teoria antropológica mais abrangente, e com forte influência nos estudos sobre tabus alimentares, o pensamento de Mary Douglas (1921-2007) se dedicou especialmente à função social e cosmológica dos sistemas de representação simbólica (DOUGLAS, 2003). Gravitando em torno do problema dos sistemas de classificação e sua interface com a ordem social (DURKHEIM; MAUSS, 1963; LÉVI-STRAUSS, 2010), o pensamento de Douglas está sendo mobilizado neste trabalho em sua dimensão epistemológica. Sendo assim, seu modelo classificatório, baseado nos conceitos de pureza e ambiguidade, é aqui utilizado como ferramenta interpretativa das interdições alimentares registradas. O mesmo modelo também é aplicado às situações em que a mulher se reveste de poder e perigo nas duas populações estudadas.

Na esfera cosmológica, a abordagem de Descola (2013) será aqui utilizada, em especial na forma como este autor concebe o sistema ontológico por ele chamado de analogismo. O pensamento de Descola se alinha à chamada ‘virada ontológica’ na antropologia, a qual tem desafiado a dicotomia natureza/cultural conforme concebida no pensamento ocidental (Descola & Pálsson, 1996; Ingold, 2000; Kohn, 2013; Viveiros de Castro, 2002b). No analogismo, o mundo é marcado pelo fluxo de elementos (materiais ou imateriais) entre os seres, ameaçando suas condições internas de equilíbrio (Descola 2013,

p.216;226). Esta é a condição de contágio ou perigo que o pensamento analogista suscita, a qual será especialmente explorada neste artigo.

2. MÉTODOS

2.1. Os contextos quilombola e ribeirinho (Vale do Ribeira e Reserva Amanã)

O Vale do Ribeira localiza-se no sudeste do Brasil, entre os estados de São Paulo e do Paraná, ocupando uma área de 2.830.666 hectares (ha) (Santos & Tatto, 2008) (Figura 1 inferior). As comunidades quilombolas do médio rio Ribeira tiveram sua origem no contingente de escravos fugidos, libertos ou abandonados à época do período colonial escravista brasileiro, em final do século XVIII e início do XIX (QUEIROZ, 2006).

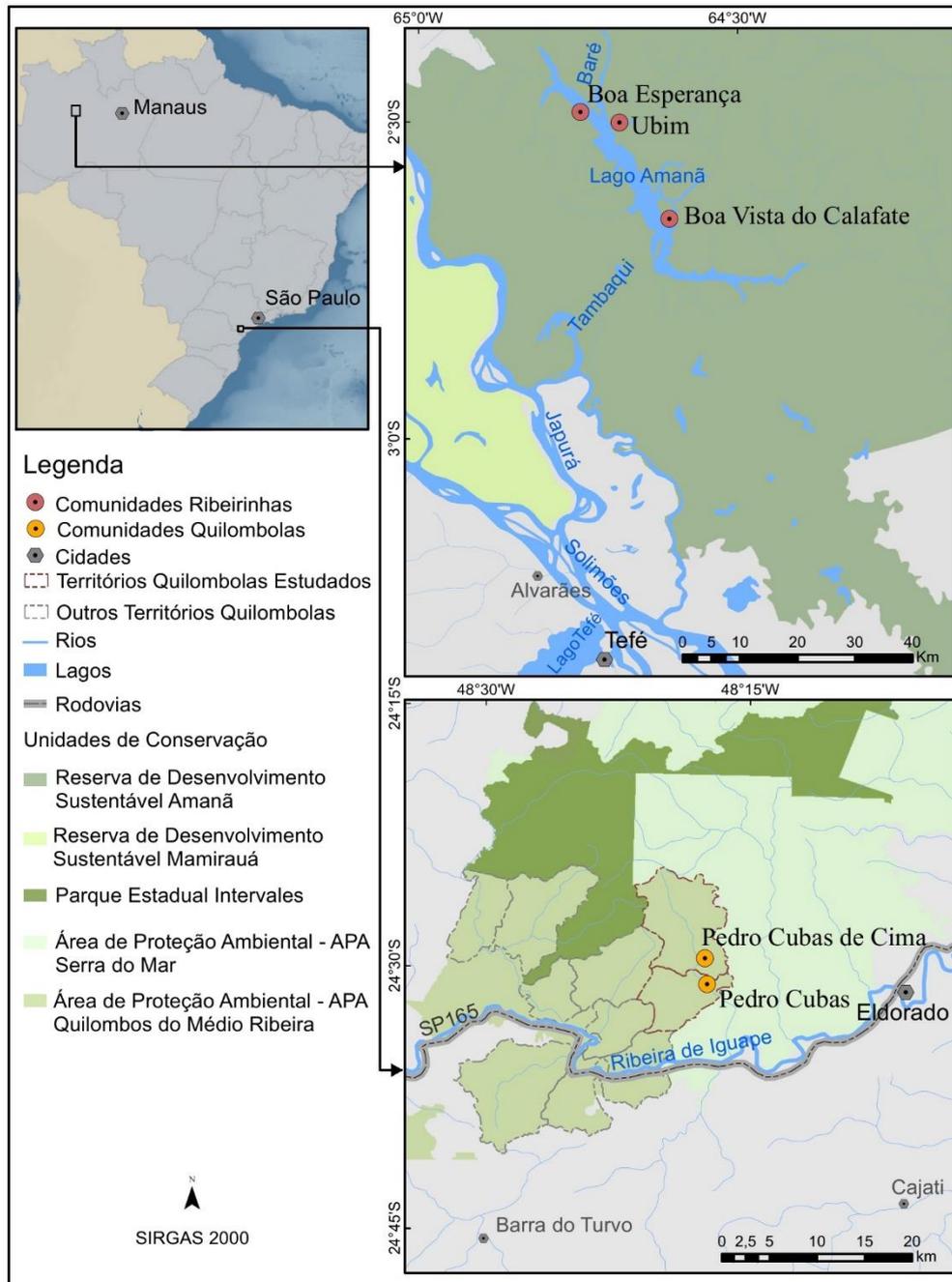


Figura 1. Comunidades foco do estudo e áreas do entorno na Reserva Amanã, AM (superior) e Vale do Ribeira, SP (inferior).

Dentre os modos de produção dessas populações a agricultura é a principal prática, incluindo também caça e o extrativismo neste contexto (PEDROSO JÚNIOR et al., 2008). Entretanto, nas últimas quatro décadas importantes mudanças socioculturais têm marcado a população quilombola na região. Disputas por terras, pressões econômicas, bem como imposições na esfera da legislação ambiental têm os afastados de suas práticas tradicionais,

em especial do cultivo itinerante de corte e queima (PEDROSO JÚNIOR et al., 2008). Um maior envolvimento dos quilombolas com ONGs, universidades e poder público também tem marcado este período (Adams et al., 2013; Futemma, Munari, & Adams, 2015; Prado & Murrieta, 2018). Na esfera religiosa, tradicionalmente praticantes de um catolicismo popular combinado a elementos de matriz africana (Andrade & Tatto, 2013; Paes 2007, 2014), essas populações têm vivenciado um aumento expressivo da presença de denominações evangélicas no interior de seus territórios (Andrade & Tatto 2013).

Os dados foram obtidos através de trabalho de campo etnográfico realizado nas comunidades Pedro Cubas de Cima e Pedro Cubas (Figura 1 inferior). A comunidade de Pedro Cubas apresenta 3.806 ha, com uma população de aproximadamente 150 pessoas e 40 unidades domésticas (UDs). Pedro Cubas de Cima abrange uma área reconhecida de 6.900 ha e sua população está concentrada em cerca de 120 pessoas, aproximadamente, com 35 UDs (Instituto Socioambiental, 2017).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA), criada em 1998 corresponde a uma área de 2.350.000 ha, estando dentre as maiores áreas de florestas tropicais protegidas da América do Sul (Figura 1 superior). Com seus ecossistemas de terra firme e várzea, a RDSA abriga cerca de 5 mil habitantes, distribuídos em 124 comunidades ou sítios (Nascimento, 2019, censo demográfico de 2018).

A população da RDSA é formada por famílias de origem cabocla e também nordestina, estas últimas conhecidas na região como arigós (ALENCAR, 2009). A formação da categoria social cabocla remete aos primórdios da colonização portuguesa na Amazônia, com forte presença do componente indígena na sua constituição (Adams, Murrieta, & Neves, 2006; Galvão, 1955; Nugent, 1993; Wagley, 1957). Já os chamados arigós têm origem sobretudo no processo migratório de populações do nordeste do Brasil durante o ciclo da borracha na Amazônia (WEINSTEIN, 1993). No caso do Amanã em particular, a primeira geração de nordestinos teria inicialmente migrado para o alto Juruá (Figura 1 superior) na passagem do século XIX para o XX, e posteriormente para o contexto da atual RDSA (Alencar 2009).

Reconhecendo as limitações inerentes às tipologias sociais acima mencionadas (GUZMÁN, 2009; PACE, 1997), e não as utilizando como categoria analítica neste estudo, aqui faremos uso apenas do termo ribeirinhos para nos referirmos à população entrevistada na RDSA. Historicamente, o catolicismo combinado a cosmologias indígenas tem sido a principal matriz religiosa no Amanã. A igreja católica inclusive foi um dos principais vetores da organização política das comunidades na região entre 1960 e 1970 (ALENCAR, 2010). Em

censo recente, cerca de 45% da população inserida na RDSA se declarou católica, 35% se declarou evangélica e o restante optou por não informar sua denominação religiosa (Nascimento 2019, dados de 2018).

A subsistência dos ribeirinhos da RDSA se caracteriza hoje por uma economia mista baseada na agricultura, pesca, caça e no extrativismo, além dos benefícios federais de transferência de renda (PERALTA; LIMA, 2013). As comunidades que participaram da pesquisa foram: Boa Esperança, Ubim e Boa Vista do Calafate (Figura 1 superior). O lago possui 45 quilômetros (km) de comprimento e 2-3 km de largura. Boa Esperança, maior comunidade existente no contexto do Lago Amanã, reúne cerca de 300 moradores e 71 UDs. Ubim concentra 35 moradores e 7 UDs, enquanto que Boa Vista do Calafate abriga 90 moradores e é composta por 15 UDs (Nascimento 2019, censo demográfico de 2018).

2.2. Trabalho de campo e abordagem etnográfica

Os trabalhos de campo ocorreram em duas etapas no Amanã (21/01/2019 a 02/02/2019; 07 a 29/03/2019) totalizando 36 dias, e três no Ribeira (15 a 19/07/2019; 07 a 15/08/2019; 08 a 24/01/2020) totalizando 31 dias. O registro etnográfico combinou observação participante, aplicação de entrevistas informais e semiestruturadas (BERNARD, 2006; VIERTLER, 2002) e registro fotográfico (Figura 2; Figura 3). Adotou-se como estratégia se alojar na residência de famílias nas próprias comunidades.



Figura 2. Imagem captada pelos autores durante a pesquisa. “Mesa posta” sobre o assoalho de uma embarcação ribeirinha em trânsito na Reserva Amanã, AM.



Figura 3. Imagem captada pelos autores durante a pesquisa. Uma cozinha quilombola de fogão de barro no Vale do Ribeira, SP.

A técnica de entrevistas informais associada à observação participante foi mobilizada de modo a proporcionar diálogos menos controlados entre pesquisadores e os moradores locais. Como parte de um projeto mais abrangente em ecologia humana e etnoecologia, o roteiro das entrevistas semiestruturadas foi o mesmo aplicado em ambos os contextos, sendo composto pelos seguintes tópicos principais: (1) história de vida/ história oral; (2) tabus; (3) paisagem; e (4) gênero, economia doméstica e captação de recurso (passado e presente). O uso sistemático de diário de campo permeou toda a pesquisa.

No Amanã foram entrevistadas 12 mulheres no formato semiestruturado. Outras 8 pessoas (entre homens e mulheres) foram entrevistadas no formato não-estruturado, formando um grupo de 20 pessoas no total. No Ribeira, 11 mulheres passaram pela entrevista semiestruturada. Outras 8 pessoas (entre homens e mulheres) foram entrevistadas na modalidade não-estruturada, perfazendo um total de 19 pessoas. A seleção dos indivíduos foi realizada a partir da adaptação da metodologia *snowball* (BIERNACKI; WALDORF, 1981), bem como da disponibilidade e interesse das pessoas em participar do estudo. Assim,

informantes-chaves puderam indicar de forma sucessiva potenciais entrevistadas (os) ao longo dos trabalhos.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (Processo: 03879018.7.3001.5464), bem como foi realizada mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado por seus representantes legais. Para o caso específico da RDSA, a pesquisa também foi autorizada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (Documento nº. 157/2018 -DEMUC/SEMA)

2.3. Definição das categorias analíticas

Com base na literatura (Douglas, 2000; Murrieta, 2001; Rodrigues, 2001; Silva, 2007; Woortmann, 2008) e na análise dos dados, quatro formas de classificação dos alimentos foram consideradas: quente-frio, seco-úmido, reimoso-não reimoso e puro-impuro. Os itens alimentares sob restrição também foram tabulados por situações de liminaridade do indivíduo, que foram: amamentação, gestação, quaresma, menstruação, resguardo e enfermidade (Murrieta, 2001; Panzutti, 1999; Piperata, 2008; Silva, 2007; Silva, 2008).

2.4. Análises estatísticas e apresentação das informações

Visando a padronização nas análises estatísticas, estas se restringiram apenas às mulheres que passaram pelas entrevistas semiestruturadas. Primeiramente, a análise se fez visando aferir o tamanho do repertório de restrições entre os indivíduos nos dois contextos (Amanã e Ribeira). Na sequência, aferiu-se a quantidade de restrições alimentares para cada forma de classificação dos alimentos e situações de liminaridade descritas acima.

O tamanho do repertório também foi analisado em função da idade das mulheres, sob a hipótese de haver uma correlação positiva entre “repertório” e “idade”. A variável “repertório” também foi analisada em função da “gestação” (estas variáveis quantitativas aparecerão entre aspas duplas ao longo de todo o artigo). Esta análise partiu da hipótese de que mulheres que tivessem um maior número de gestações tenderiam a citar um maior número de itens sob restrição.

Esta última hipótese envolvendo gestações foi baseada em duas premissas complementares: (1) de que uma maior experiência individual envolvendo gestações resultaria em um conhecimento mais amplo sobre este tema e, portanto, um repertório mais amplo; (2) e que essa maior experiência envolvendo gestações tende a tornar este repertório de conhecimento mais acessível na memória das mulheres, facilitando seu registro durante as entrevistas.

Para a análise envolvendo a relação “repertório”/“gestação” houve um novo recorte dos dados. Este consistiu em selecionar apenas os itens citados nas situações de liminaridade relacionados à gestação, sendo eles amamentação, gestação e resguardo. Foi utilizado o coeficiente de *Spearman* para as análises de correlação. Os gráficos e os testes estatísticos foram elaborados e realizados na plataforma RStudio (versão 1.2.5033).

Este artigo faz uso dos nomes locais (categorias êmicas) das espécies citadas nas entrevistas, seguidas, uma única vez, pela nomenclatura científica relativa às mesmas. Para o caso de categorias êmicas gerais que podem abranger diferentes táxons científicos (*i.e.* ‘cobras’), utilizamos os termos taxonômicos nos níveis de Ordem. Para alguns animais superiores (*i.e.* ‘queixada’) com ocorrência inequívoca nas áreas de estudo, foi possível se chegar ao nível de espécie, com base em guias da fauna brasileira e da literatura zoológica sobre as regiões estudadas (De Vivo et al., 2011; Nascimento, 2019; Prado, 2012; Reis, Peracchi, Pedro & Lima, 2006; Valsechi & Amaral, 2009).

Nomes locais aparecem entre aspas simples no corpo do texto e pequenos trechos de falas extraídas das entrevistadas aparecem entre aspas duplas ou destacadas em sua formatação para o caso de passagens mais longas. Por fim, o artigo faz uso de nomes fictícios das entrevistadas, como forma de preservar a identidade das mesmas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Análise quantitativa dos repertórios

Noventa e sete restrições foram compiladas neste estudo, sendo 56 no Ribeira e 51 no Amanã. Considerando somente os dados oriundos das entrevistas semiestruturadas, 88 restrições foram reportadas, sendo 43 no Ribeira e 45 no Amanã. Quando essas citações são analisadas em sua amplitude de variação, Amanã e Ribeira aparecem com perfis semelhantes em termos de mediana e amplitude dos repertórios (Figura 4). É possível observar que das doze mulheres entrevistadas no Amanã, 50% delas citaram entre 8 e 12 itens. No Ribeira, das onze mulheres entrevistadas, 50% citaram entre 7 a 11 itens (Figura 4).

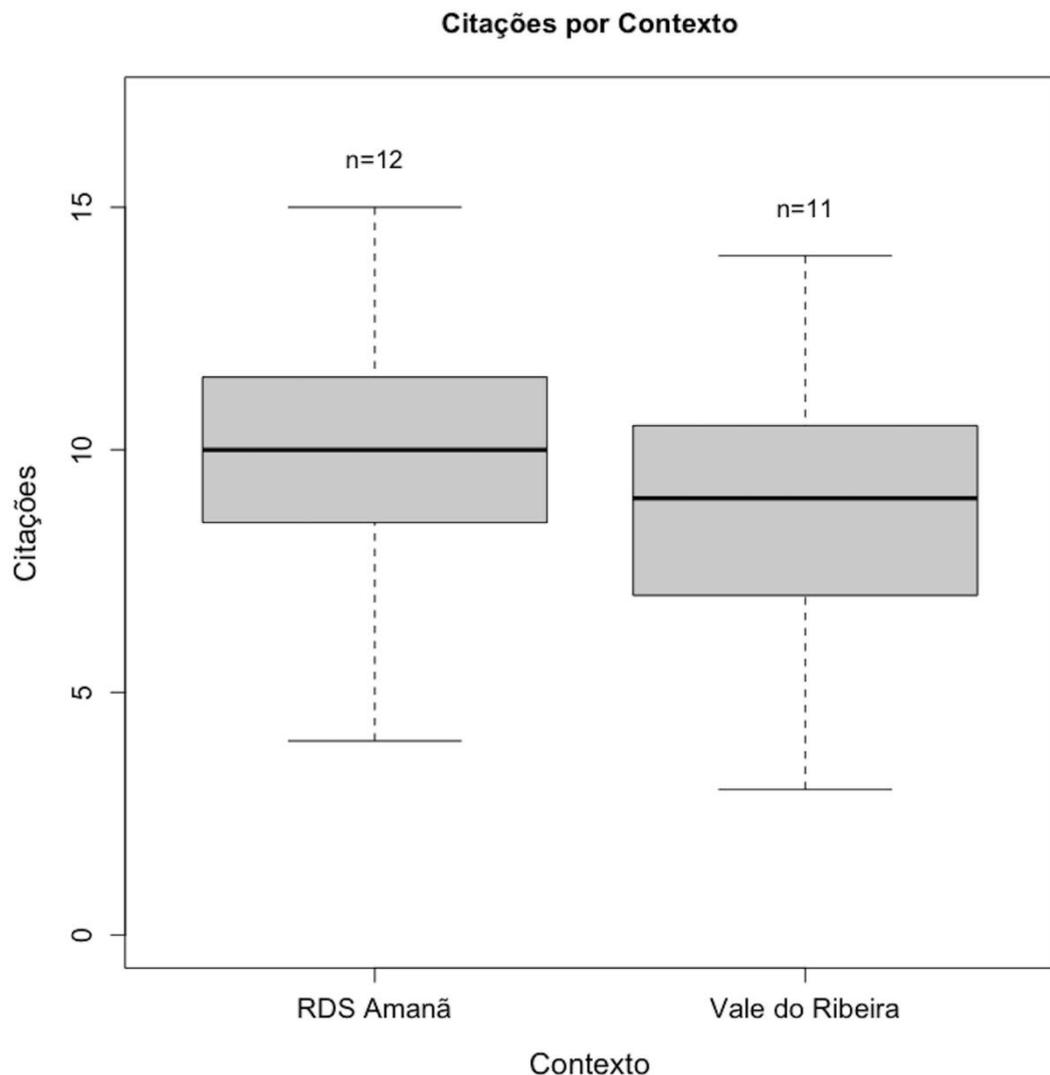


Figura 4. Amplitude de variação da quantidade de restrições alimentares citadas na RDS Amanã (AM) e no Vale do Ribeira (SP).

Quanto às situações de liminaridade, no Amanã o número de restrições associadas à menstruação, resguardo e enfermidade foi superior àquele do Ribeira (Figura 5 à esquerda). Para gestação, mais casos de restrições foram registrados no Ribeira. Restrições associadas à amamentação apareceram apenas no Amanã, já aquelas relativas à quaresma foram reportadas somente no Ribeira. A associação entre quaresma e restrição alimentar foi registrada por todas as entrevistadas no Ribeira, as quais citaram apenas um item alimentar sob restrição (‘carne vermelha’). Este padrão pode estar associado à forte presença do catolicismo popular como matriz religiosa entre quilombolas nesta região (Paes, 2007, 2014).

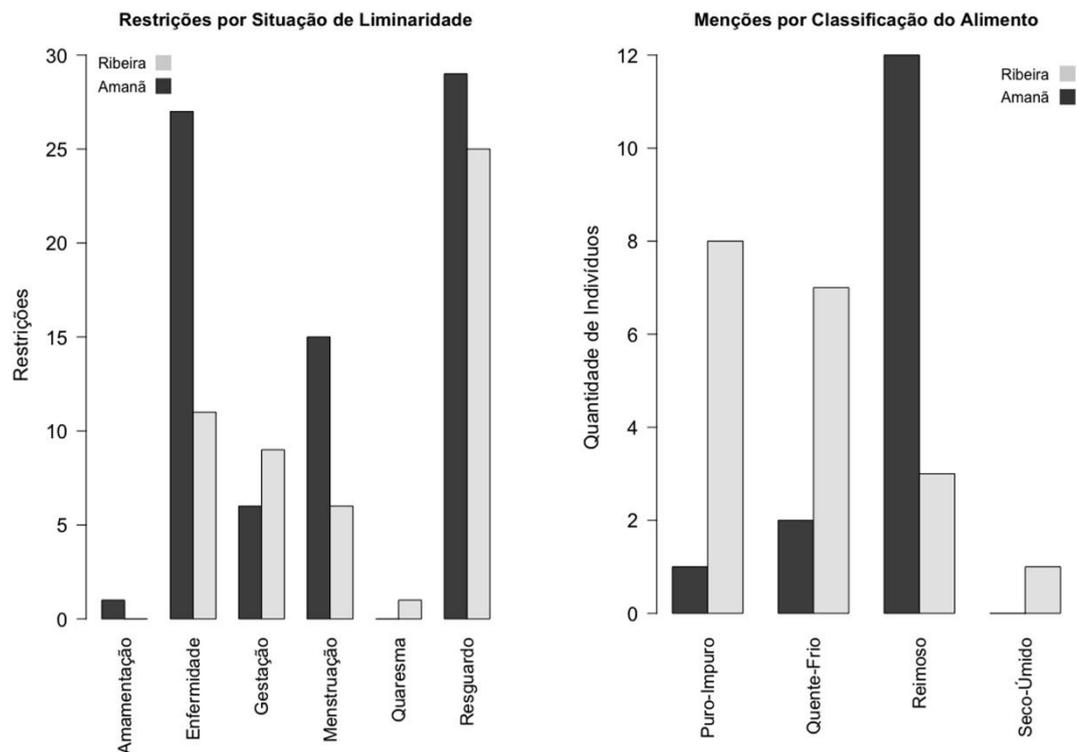


Figura 5. Restrições por situação de liminaridade (esquerda) e menções por forma de classificação do alimento (direita), Amanã (AM) e Vale do Ribeira (SP).

Com relação às formas de classificação dos alimentos (Figura 5 à direita), os tipos reimoso-não reimoso e quente-frio se destacaram nos contextos Amanã e Ribeira respectivamente. A classificação reimoso-não reimoso surgiu na fala de todas as entrevistadas do Amanã. Muito embora nesse contexto a classificação quente-frio tenha sido mencionada, apenas duas mulheres a usaram em seus relatos. No Ribeira, foram mencionadas as formas de classificação dos alimentos do tipo quente-frio, reimoso-não reimoso e seco-úmido. No entanto, quente-frio se destacou nesse contexto com mais de 50% das mulheres fazendo uso dessa classificação. A classificação do tipo puro-impuro também se sobressaiu no contexto do Ribeira.

Acerca das hipóteses testadas, não há evidência de correlação entre as variáveis “repertório” (restrições citadas), “idade” ou “gestação” em ambos os contextos (Figura 6). A não ocorrência de correlação entre as variáveis “idade” e “repertório” pode estar relacionada à sua disseminação rápida entre as jovens do Amanã e do Ribeira, devido à transmissão oral ou observação das mulheres de idade mais avançada (mães ou parentes próximas). É o caso de filhas ou parentes de parteiras/curandeiras ou curandeiros e auxiliares de parteiras. Dentre esses casos estão Elena (36 anos), Silvia (35 anos) e Vanessa (38 anos) do Ribeira, assim

como Eliane (27 anos), Raissa (32 anos) e Leila (28 anos) do Amanã. Essas mulheres mais jovens apresentaram um repertório relativamente extenso, algumas mencionando inclusive um número de itens alimentares sob restrição superior a algumas das mulheres de maior idade nas comunidades.

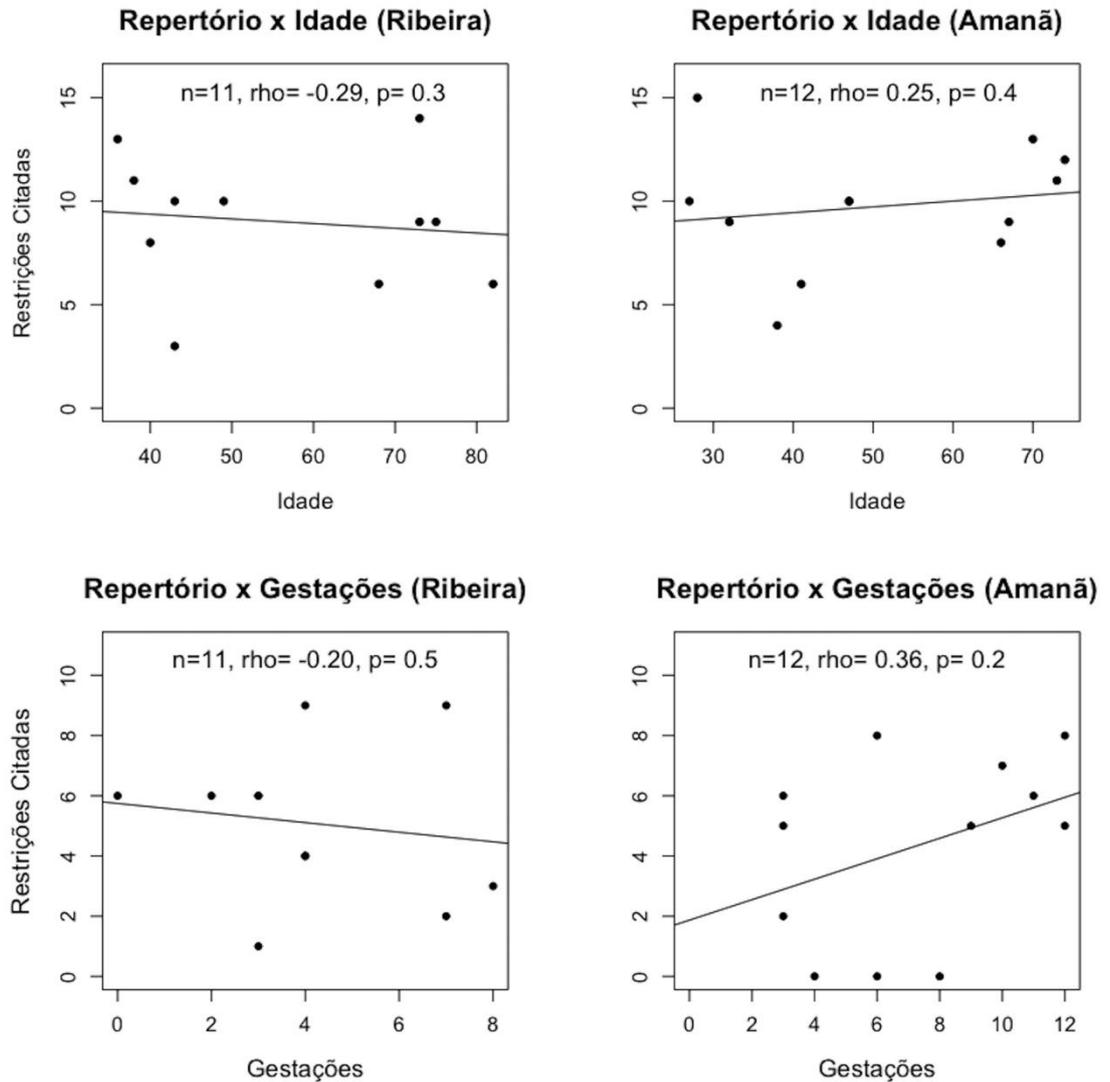


Figura 6. Correlações entre ‘repertório’ e ‘idade’ (acima) e entre ‘repertório’ e ‘gestações’ (abaixo), nos contextos do Amanã (AM) e Ribeira (SP).

Com relação a não ocorrência de correlação entre “repertório” e “gestação”, o que parece ocorrer é que talvez apenas uma única gestação seja suficiente para a construção de um “repertório” mediano sobre restrições alimentares. Outra explicação possível é a experiência de mulheres com partos ou gestações ainda que não sejam próprios. Dora (73 anos de idade), do Ribeira, é um exemplo disso. Ela não teve nenhuma gestação durante sua vida, mas

auxiliava quando mais jovem uma parteira, tendo adquirido um vasto “repertório” sobre restrições alimentares e cuidados relacionados a este período.

3.2. Análise qualitativa das narrativas

3.2.1. ‘Mamãe dizia minha filha a melancia é fria’: As qualidades quente, frio e reimoso

As formas de classificação dos alimentos do tipo quente-frio e seco-úmido, em conjunto, foram mencionadas no Ribeira por mais da metade das entrevistadas. Márcia (82 anos de idade), por exemplo, relatou que “o arroz é frio e o feijão é quente”, já para Vanessa, cará (*Dioscorea sp.*), inhame (Dioscoreaceae), banana verde (*Musa sp.*) e mandioca (*Manihot esculenta*) são alimentos secos. Na teoria humoral acima citada, essa classificação (assim como a reima) também é baseada no princípio do equilíbrio entre os quatro humores do organismo, os quais são também classificados entre quente-frio e seco-úmido (RODRIGUES, 2001).

O princípio do equilíbrio no Ribeira também pode ser observado no uso de plantas medicinais. Vanessa comenta sobre os chás, usados para combater resfriado e problemas no intestino. Ela diz que os chás são preparados com ervas consideradas quentes. No caso do resfriado, por exemplo, o corpo está frio, então os ‘chás quentes’ (ou ‘ervas quentes’) devem ser consumidos para restaurar sua temperatura.

Woortmann (2008) observa que, no interior do Brasil, as qualidades quente-fria e seca-úmida são sempre associadas ao corpo humano, como no caso da ‘cabeça’ (cérebro) que é fria e o útero que é quente. Essa noção dialoga com um relato de Isaura (68 anos de idade), no Ribeira. Ela conta um caso de uma mulher saudável que queria se casar, mas seu pai não aprovava até o ponto de agredi-la fisicamente. Como a moça estava menstruada no momento da agressão, a mãe do corpo (útero) teria ‘subido para a cabeça’, deixando-a louca.

O sistema da reima se manifesta principalmente no contexto amazônico (MAUÉS; MAUÉS, 1978; MURRIETA, 2001; RODRIGUES, 2001; WOORTMANN, 2008). Muito embora africanos e indígenas tenham contribuições importantes na medicina popular brasileira (Rodrigues, 2001) os fundamentos da reima parecem ter origem na mesma teoria humoral grega aqui já mencionada, se consolidando no Brasil via o processo de colonização portuguesa desse território (MURRIETA, 2001; RODRIGUES, 2001).

Ainda que a reima na Amazônia afete homens e mulheres, ela recai principalmente sobre o segmento feminino, o que parece estar associado ao seu ciclo fisiológico, marcado pelos momentos da menstruação, gestação e pós-parto/resguardo (Murrieta, 2001; Panzutti,

1999; Piperata, 2008; Silva, 2007; Silva, 2008). No Amanã, a menstruação apareceu muito associada à proibição da ingestão de frutas. Raissa (32 anos de idade), por exemplo, destaca o que a maioria das mulheres entrevistadas mencionou dizendo que “o que faz mais mal para a mulher quando ela está nas suas regras é quando a fruta é azeda, e a melancia (*Citrullus lanatus*), só por causa dela ser bastante acho que líquida...ou que ela é muito vermelha...”. Revela-se aqui uma interdição alimentar mediada por simpatia, ou analogia, associando o vermelho da melancia ao sangue.

Restrições alimentares mobilizadas pela gestação também aparecem sob forma de analogias, tanto no Ribeira quanto no Amanã. No Amanã, Raquel (25 anos de idade) menciona que a gestante não pode se alimentar de pato (Anatidae), pois o bebê nasce com diarreia - uma alusão à consistência das fezes deste animal. No Ribeira, Dora relata que o consumo pela gestante de animais de casco, os quais apresentam o comportamento de retração da cabeça, pode ocasionar a retração do feto no útero da mãe, dificultando o parto normal.

Acerca das restrições desencadeadas pelo puerpério, Célia (66 anos de idade), parteira da comunidade Boa Esperança no lago Amanã, relata as recomendações que ela passa às mulheres em período de resguardo (entre 30 a 40 dias após o parto). No que se refere à alimentação, primeiramente, ela menciona que nos três primeiros dias a mulher de resguardo só pode consumir carne de galinha. A partir do quarto dia o peixe pode ser adicionado à sua dieta, porém apenas os peixes ‘mansos’ como a traíra (Characiformes) e o aruanã (Osteoglossiformes), por exemplo. Posteriormente, ao mencionar os alimentos ‘reimosos’ ela indica a categoria ‘carne de caça’, trazendo os exemplos da anta (*Tapirus terrestris*) e da queixada (*Tayassu pecari*).

As narrativas reproduzidas acima revelam formas de classificar os alimentos em quente-frio, seco-úmido e reimoso-não reimoso, como parte de restrições envolvendo menstruação, gestação e pós-parto. A predominância da reima na Amazônia e do quente-frio e seco-úmido nas outras regiões do Brasil, principalmente no Brasil Central, é conhecida na literatura (Murrieta, 2001; Panzutti, 1999; Piperata, 2008; Rodrigues, 2001; Silva, 2007; Silva, 2008). A origem desta diferenciação geográfica entre as duas classificações é uma questão ainda em aberto na literatura sobre o tema. Os dados do Amanã e do Ribeira aqui compilados reforçam este mesmo padrão.

3.2.2. ‘A mulher nesses dias tá imunda’: Menstruação, contágio e atração

O conceito de impureza tem uma relevância no debate antropológico envolvendo tabus e restrições alimentares, especialmente a partir do ensaio seminal de Douglas (2000), publicado originalmente em 1966. Mary Douglas (2000) interpreta impureza no domínio

simbólico e a conceitua como um conjunto de elementos (plantas, animais, dentre outros) que não se enquadram dentro de um dado sistema de classificação. É nessa interpretação que se inserem as restrições, as quais, dentro de um modelo simbólico-funcionalista mantém a ordem do sistema.

Os relatos das mulheres entrevistadas no Ribeira, ao serem questionadas sobre as restrições quanto à alimentação e suas rotinas durante os períodos de menstruação, indicam a proibição de irem à roça, ‘para o mato’, ou mesmo de atravessar o rio. Em cada uma dessas três situações as noções de pureza e impureza aparecem de forma direta ou indireta, como veremos a seguir.

Nas duas situações, proibição de ir à roça e de atravessar o rio, o princípio do contágio se faz muito presente. Sabrina (43 anos de idade) declara que “quando a mulher está menstruada não pode passar por cima de plantação e nem plantar, porque estraga a plantação, pode até carpir, mas pegar para plantar não é bom, pois ou dá plantação feia ou não vai para frente”. Dora alerta que a mulher nesses dias está suja e que, por isso, não poderia atravessar o rio, pois contaminaria a água.

A concepção de que o sangue em si é sujo resulta em um controle social sobre a mulher que está menstruando, no âmbito espacial e sobre as atividades que pode desempenhar neste período. Esta noção acaba por fortalecer, ou ajuda a justificar, o controle social sobre o corpo da mulher, sua circulação, e como consequência suas práticas. Vale considerar que a menstruação em si é uma situação ambígua, pois o sangue menstrual caso não viesse a escorrer, geraria um ser humano. Aqui, o sangue simboliza uma situação de um indivíduo morto que nunca viveu.

Na concepção de algumas mulheres quilombolas no Ribeira, ir ao ‘mato’ durante o período da menstruação é perigoso. Elas relatam que os animais podem se sentir atraídos pelo cheiro do sangue, de modo que o contato (físico ou não) do animal com a mulher poderia resultar em sua gravidez. Elena e Dora, por exemplo, relataram a mesma história sobre uma moça que saiu menstruada para a roça e engravidou de um animal. Nesse relato Dora descreve: “a criança tinha cabelos e cabeça de gente, mas não tinha os braços nem as pernas, então era um animal”. Ainda nesse relato ela conta que “se deixasse a criança crescer ela rastejaria no chão feito um animal”.

Elena se recorda de um episódio que aconteceu com sua mãe. Ela conta que Maria, mesmo menstruada teria saído para trabalhar na roça, tendo ido até uma ponte sobre um rio buscar água. Ao se abaixar, escutara um barulho na água, pensando ser um jacaré (Crocodylia). Depois de um tempo descobriu que estava grávida, afirmando ser desse jacaré.

A gestação teria durado três meses, dando à luz uma criança semelhante a um jacaré. Ao ver sua aparência ela o teria jogado no rio segundo a história contada por Elena. Relatos semelhantes foram recolhidos também no Amanã no curso desta pesquisa, bem como por Santos, Costa & Barros (2017) entre parteiras da Ilha do Marajó (PA) sobre o nascimento de uma ‘criança-preguiça’.

No relato de Elena resumido acima há uma informação adicional quanto aos animais que a mulher menstruada atrairia, que seriam principalmente cobras (Squamata), sapos (Anura), rãs (Anura), jacarés e marandovás (Lepidoptera). Interessante notar que todos esses animais apresentam características anômalas ou ambíguas, à luz da interpretação e terminologia de Mary Douglas, sendo classificados também como abomináveis dentro da tradição judaico-cristã. A cobra por ser animal terrestre, porém rastejar. O marandová por ter muitos membros e não se enquadrar entre os quadrúpedes. Jacarés, sapos e rãs por habitarem, de forma ambígua, água e terra.

Ainda nessa temática, gerando grande desconforto social, para Douglas (2000) o nascimento de bebês malformados ameaça a linha de demarcação que separa os humanos dos animais. Sobre este tema, ela cita os casos reportados por Evans-Pritchard (2005) ainda na década de 1930 entre os Nuer sobre os ‘bebês hipopótamos’. Na sua interpretação do pensamento Nuer, esses ‘bebês’, ao nascerem acidentalmente entre os humanos, deveriam ser colocados em seus devidos lugares, ou seja, nos rios. Voltando ao contexto ribeirinho amazônico, temos ainda o exemplo trazido por Wagley (1957) em seu estudo clássico entre os moradores de Itá, arquipélago de Marajó (PA): “se uma moça dá à luz o filho de um bôto [*Inia geoffrensis*] a criança deve ser imediatamente ‘devolvida ao pai’ (isto é, atirada nágua), a fim de que o bôto não cause dano à mãe” (Wagley, 1957, p.325).

As narrativas e fontes acima evidenciam, portanto, rupturas na linha de demarcação entre natureza-cultura, as quais precisam ser tanto explicadas (no nível das epistemologias locais) como anuladas na prática (Douglas 2000). Para nós, isto também desvela, no nível ontológico relativo à natureza dos seres no mundo, uma condição latente de continuidade entre pessoas e animais. Esta dimensão ontológica do problema será tratada em maior detalhe mais adiante.

3.2.3. *‘Porque ali a mulher tá em perigo’*: Gestação, poder e cuidado

A exemplo da menstruação, outra situação ambígua que deflagra restrições é a gestação. Seguindo Douglas (2000), a criança que se desenvolve dentro da mãe é simultaneamente símbolo de perigo e poder. Ela ainda não nasceu, não se sabe do seu futuro, não se sabe das hipóteses de sua sobrevivência, entre outros fatores (Douglas, 2000). No

Ribeira, Elza (73 anos de idade) conta que seu marido ficou muito doente ao ter contato apenas com a voz de uma gestante, demonstrando o poder da criança no ventre.

Dora, por outro lado, relatou que a gestante não deve comer carne de ‘bicho’ que arranha, pois, o feto faria o mesmo na barriga da mãe, demonstrando sua vulnerabilidade por meio de uma analogia. No Amanã a vulnerabilidade do feto também aparece em alguns relatos em formato de analogias. Maria Lúcia (38 anos de idade) expõe um caso de uma pesquisadora que dissecava animais para sua pesquisa:

Aconteceu um caso de uma menina lá em Belo Monte que a filhinha dela nasceu com duas cabeças, duas cabeças num corpo. O pessoal falava que era porque ela tava grávida que ela trabalhava assim fazendo um levantamento assim de caça, peixe com o pessoal do (Instituto) Mamirauá. Diz que ela cortava a cabeça de paca. Assim diz que do jeito que ela cortava assim o neném dela nasceu com duas cabeças.

O relato acima mostra como um acontecimento externo à comunidade (o relato faz referência à Belo Monte) e que não envolveu seus moradores (o caso envolve uma pesquisadora), se ajustou de modo bastante preciso à concepção local de causa e efeito que o caso sugere. Concepção essa baseada em uma lógica simpática, na qual o semelhante atrai o semelhante. Um caso como este, de acoplamento entre um acontecimento alhures e o esquema explicativo *a priori*, parece receber especial atenção entre os indivíduos, ganhando corpo nas suas narrativas. Em última análise, o caso relatado, ao corroborar as premissas locais vigentes, atua no sentido de seu fortalecimento e manutenção.

Seguindo com os relatos envolvendo os perigos da gestação, Bete (70 anos de idade), parteira, relatou alguns casos em que o pai da criança fica sujeito a restrições:

É assim, por acaso se a senhora tá grávida e o seu marido mata uma cobra ou mata algum bicho [...] ele fazendo aquilo por malineza aquilo já vai vingar na criança [...] Esse meu neto aí ele é aleijado dos dedinhos por causa que o pai dele quando a mulher dele tava grávida ele gostava muito de matar porque nesse tempo ele ficava vigiando aí o lago pra não mexerem. Pegava o jacaré e torava os dedos do jacaré tudinho [...] e ela tava grávida dele saiu os dois dedinhos dele aleijado, do pé. E esse meu genro daqui quando a mulher dele tava grávida ele matou um gato [doméstico; *Felis silvestris catus*], tem um filho dele que é cara todinha de um gato.

O relato acima parece estar associado ao conceito de ‘couvade’ presente na Amazônia, associada à crença de que o pai também gesta a criança (Wagley, 1957, p.334). Como fonte potencial de perigo à gestação em função de seus atos, nesta situação o pai também se submete a regras e proibições (Woortmann 2008). Em última análise, esta crença desvela uma

realidade na qual a distância física não impede as relações de causa-efeito assumidas, a exemplo das práticas mágico-religiosas que parecem operar nesta mesma concepção de realidade (DURKHEIM, 1996; EVANS-PRITCHARD, 2005; FRAZER, 2014; MAUSS, 2000; TAMBIAH, 1990). Esta noção de transferência de propriedades, estados, comportamentos, etc., que dialoga com a noção de contágio e perigo de Douglas (2000), também pode ser lida na sua dimensão ontológica, como será proposto a seguir.

3.2.4. *‘É perigoso porque a mulher fica toda aberta’*: Contágio, perigo e dimensão ontológica

Como visto até aqui, muitas das narrativas acerca dos perigos associados à alimentação e situações de liminaridade entre as mulheres implicam uma noção de contágio, a qual parece emergir sobre as bases de um pensamento simpático, mediante analogias. Para além dos trabalhos clássicos acima mencionados, que trataram o pensamento simpático na sua esfera mágico-religiosa, é na obra recente de Phillipe Descola que podemos encontrar um tratamento sistematizado, no nível ontológico, desse mesmo esquema de pensamento (DESCOLA, 2013). Em especial, o processo de transferência baseado em simpatia se alinha sobremaneira à concepção do analogismo em Descola (2013), a qual é aqui tomada como modelo interpretativo das interdições alimentares em sua dimensão ontológica.

Como parte da chamada ‘virada ontológica’ na antropologia, o pensamento de Descola é uma das expressões que colocam em xeque a separação ontológica entre natureza e cultura conforme construída no pensamento ocidental (Holbraad & Pedersen, 2017; Ingold, 2000; Kohn, 2013; Latour, 2009; Viveiros de Castro, 2002). Em sua obra seminal, Descola propõe um sistema esquemático a partir do qual a diversidade sociocultural no mundo poderia ser sintetizada em um quadro classificatório de quatro ontologias: naturalismo, animismo, totemismo e analogismo.

O esquema proposto por Descola é especialmente focado em concepções êmicas envolvendo continuidade e descontinuidade entre humanos e não humanos. Esta, por sua vez, se baseia em um sistema binário sobre a natureza da exterioridade (fisicalidade) e da interioridade (intencionalidade) das coisas e dos seres. No analogismo conforme descrito por Descola (2013), a constituição de cada ser no mundo é dada por uma combinação específica de elementos materiais e imateriais. Assim, cada indivíduo (animal, planta, pessoa, etc.) é único, seja na sua constituição física, seja na sua essência interior (Descola, 2013, p.121).

No núcleo do argumento de Descola, em uma sociedade analogista, é justamente porque o mundo é essencialmente fragmentado que emerge uma noção de que os seres podem se conectar pelo fluxo de elementos (materiais e imateriais) entre si. Assim, os elementos que

compõem cada indivíduo são móveis, circulando pelos diferentes seres, e podendo assim modificar suas condições originais de equilíbrio. Estas alterações, por sua vez, são associadas a diferentes formas de males, e até a morte, como no caso das práticas envolvendo magia e feitiçaria (Descola 2013; Evans-Pritchard, 2005; Tambiah, 1990).

Sendo assim, é possível depreender que o mundo enquanto concebido no analogismo é repleto de perigo. Entretanto, esta noção de perigo, diferente daquela de Douglas (2000), está associada sobretudo a situações em que o corpo se encontra mais exposto ao meio externo. Esta exposição pode ser observada nos relatos de Dora e de Elza do Vale do Ribeira. Dora alerta sobre o perigo de se comer carne de tatu (*Cingulata*) quando se está com algum corte no corpo. Segundo ela, ao consumir esta carne o indivíduo poderá sentir dores no local do corte como se o tatu o estivesse arranhando. Elza é mais enfática ao dizer que “se a mulher de dieta (resguardo) comer carne de leitoa (*Sus scrofa domesticus*) dada cria, ela terá uma bola, uma inflamação no útero igual a leitoa dada cria tem dentro, no útero, e isso dá até morte”.

Assim, as interdições alimentares aqui reportadas podem ser lidas como barreira de proteção contra o fluxo dos elementos no mundo. Sobretudo em momentos em que o organismo se encontra mais exposto ao meio externo, parece uma consequência lógica o surgimento de interdições alimentares e de comportamento, como medida de proteção. Não parece coincidência o fato de que é justamente nestas situações de maior exposição, como na menstruação, no pós-parto ou mediante algum ferimento físico, que as restrições alimentares são especialmente mobilizadas, como mostra a ampla literatura sobre o tema (Douglas, 2000; Maués & Maués, 1978; Murrieta, 2001; Panzutti, 1999; Piperata, 2008; Rodrigues, 2001; Silva, 2007; Silva, 2008).

Vale mencionar que a presença de uma lógica analogista ou simpática como parte da estrutura dos saberes tradicionais não indígenas no Brasil também encontra suporte indireto na literatura etnobiológica brasileira, como se vê em Alves & Alves (2011), Alves, Alves, Rosa, Neto, & Voeks (2012), Alves, Neto, Santana, Vieira, & Almeida (2009) e Barros, Varela, Pereira, & Vicente (2012), somente para citar alguns exemplos. De forma complementar, na própria literatura sobre folclore e alimentação no Brasil é possível identificar fortes indicações desse mesmo pensamento. Um exemplo disto é a passagem em que Cascudo (2011[1968], p.765-766) afirma que “O processo associativo [analógico] determina curiosas proibições alimentares”, trecho este seguido por mais de uma dezena de exemplos de interdições alimentares baseadas em analogias. Tais registros, não restritos a sociedades ribeirinhas amazônicas ou quilombolas, parecem de fato indicar uma disseminação dessa lógica no contexto campesino brasileiro de forma ampla.

Ainda que a origem histórica desse fenômeno fuja ao escopo deste artigo, a mesma merece uma rápida consideração. Cabe lembrar que o pensamento simpático com origem na Grécia Antiga dominou a Europa até pelo menos o século XVIII, especialmente a Península Ibérica, sobretudo no campo das práticas mágico-religiosas e da medicina (Atran, 1990; Descola, 2013; Mauss 2000; Rodrigues, 2001; Thomas, 2010). Nesse sentido, a exemplo do que parece ter ocorrido com a reima e a síndrome quente-frio (Currier, 1966; Foster, 1953; Maués & Maués, 1978; Rodrigues, 2001; Woortmann, 2008), é possível que a origem do pensamento simpático entre populações rurais no Brasil seja uma expressão da herança colonial portuguesa no país.

Não obstante, pouco se sabe sobre o contributo indígena para essa conformação epistemológica, especialmente entre ribeirinhos amazônicos (ou caboclos), sobre os quais os elementos indígenas parecem ter um peso mais relevante sobre suas crenças e repertórios (Adams, Murrieta, & Neves, 2006; Galvão, 1955; Guzmán, 2009; Nugent, 1993; Pace, 1997; Wagley, 1957). Paralelamente, faltam estudos etno-históricos para elucidar como diferentes cosmologias africanas poderiam ter contribuído para a formação desse tipo de pensamento entre quilombolas nas diferentes regiões do Brasil, como no caso do Vale do Ribeira (SP) (Paes, 2007, 2014). Este é, portanto, um tópico que se abre para investigações futuras na interface entre modelos cognitivos, saberes tradicionais e processos históricos formativos do campesinato brasileiro.

Nesta seção, propomos um exercício interpretativo no sentido de perscrutar concepções de mundo que pudessem ser inferidas a partir dos relatos compilados. Neste exercício, identificamos o analogismo de Descola (2013) como uma ferramenta analítica capaz de acessar as narrativas sobre tabus alimentares e as situações de liminaridade em sua dimensão ontológica. Considerando a localização geográfica dos dois contextos etnográficos estudados, norte e sudeste do Brasil e distantes mais de 3.000 quilômetros entre si, acreditamos que este mesmo esquema ontológico possa estar disseminado no interior do Brasil de maneira abrangente. Nesse sentido, também sustentamos que o analogismo de Descola, para além dos dois estudos de caso aqui apresentados, possa iluminar nosso entendimento sobre as bases ontológicas que estão na origem das crenças em tabus no contexto rural brasileiro em sentido amplo.

4. CONCLUSÕES

O alimento suscita noções atreladas à força, *status* social e poder, porém pode-se reconhecer nele também fonte de perigo físico, psíquico ou espiritual aos indivíduos, bem como para a ordem social e cosmológica de uma sociedade (Descola, 1998; Douglas, 2000; Vieira & Shepard, 2017). Nesse sentido, interdições alimentares advindas de como e quando se ingere os alimentos podem atuar, no interior dos sistemas de crenças ou ontologias, como proteção às ameaças associadas ao repertório dietético (MEYER-ROCHOW, 2009).

Na interface entre antropologia, ecologia humana e conservação, compreender sistemas simbólicos associados à dieta e subsistência de populações locais ajuda a refinar modelos analíticos sobre sustentabilidade (ALVARD, 1993, 1995; COLDING; FOLKE, 2001; MORSELLO et al., 2015). Auxilia também na construção de bases mais sólidas para o diálogo entre comunidades tradicionais, acadêmicos e gestores ambientais, visando a conservação dos recursos naturais (DE CASTRO; MCGRATH, 2001; MURRIETA, 2001). Acreditamos que a análise epistêmica e ontológica sobre tabus aqui apresentada exemplifica a complexidade inerente às interações entre dieta, cosmologia e utilização dos recursos no ambiente (DOUGLAS, 2003).

Neste artigo, tomamos as categorias de pureza e ambiguidade de Douglas (2000) como forma de compreender como alimentos, fluidos corpóreos e seres tornam-se sujeitos a tabus nos dois contextos etnográficos estudados. Quando considerados impuros por se mostrarem ambíguos, tais elementos são revestidos de poder e perigo, tornando-se assim interditos. A partir do analogismo de Descola (2013), também foi possível propor que as noções de perigo - as quais suscitam tabus - se originam de uma premissa tácita acerca da ubiquidade do contágio enquanto condição da realidade.

Destacamos ainda o alto grau de convergência encontrado nos relatos sobre interdições entre quilombolas do Sudeste e ribeirinhas da Amazônia. Estas semelhanças se evidenciaram especialmente nas noções de poder e perigo acerca da menstruação e gestação, bem como na presença de um pensamento simpático (ou analógico) governando as interdições alimentares nas duas áreas de estudo. Nesta perspectiva, argumentamos finalmente a favor do valor heurístico da abordagem aqui desenvolvida para uma melhor compreensão da dimensão histórica e das regularidades presentes nas crenças em tabus no Brasil em âmbito geral.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, os autores agradecem às comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima no Vale do Ribeira (SP), e Boa Esperança, Ubim e Boa Vista do Calafate no Lago Amanã (AM), por autorizarem e colaborarem com a pesquisa. Agradecem também ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental (Universidade Federal de São Carlos – Sorocaba) pelo apoio institucional ao mestrado de Tamires Souza, e ao Instituto Mamirauá, pelo apoio logístico às etapas de campo realizadas no Lago Amanã. Os autores também são gratos pelas contribuições trazidas por Flávio Bezerra Barros (Universidade Federal do Pará) e Vanda Aparecida da Silva (Universidade Federal de São Carlos) na ocasião do exame de qualificação de mestrado de Tamires Souza, bem como pelos revisores anônimos durante o processo de avaliação deste artigo. Essa pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, por meio de Auxílio à Pesquisa concedido a Helbert Prado (2016/04680-4) e Bolsa de Mestrado concedida a Tamires Souza (2019/18730-1).

REFERÊNCIAS

- Adams, C., Murrieta, R. S. S., & Neves, W. A. (2006). Introdução: As sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. In Fapesp-Annablume (Ed.), *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade* (pp. 15–32). São Paulo.
- Adams, Cristina, Chamlian Munari, L., Van Vliet, N., Sereni Murrieta, R. S., Piperata, B. A., Futemma, C., ... Spressola-Prado, V. L. (2013). Diversifying Incomes and Losing Landscape Complexity in Quilombola Shifting Cultivation Communities of the Atlantic Rainforest (Brazil). *Human Ecology*, *41*, 119–137. <https://doi.org/10.1007/s10745-012-9529-9>
- Alencar, E. F. (2009). O tempo dos padrões “brabos”: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. *Amazônica*, *1*(1), 178–199.
- Alencar, E. F. (2010). Dinâmica territorial e mobilidade geográfica no processo de ocupação humana da reserva de desenvolvimento sustentável Amanã - AM. *Uakari*, *6*(1), 39–58.
- Alvard, M. S. (1993). Testing the “Ecologically Noble Savage” Hypothesis: Interspecific Prey Choice by Piro Hunters of Amazonian Peru. *Human Ecology*, *21*(4), 355–387.
- Alvard, M. S. (1995). Intraspecific Prey Choice by Amazonian Hunters. *Current Anthropology*, *36*(5), 789–818.

- Alves, R. R. N., & Alves, H. N. (2011). The faunal drugstore: Animal-based remedies used in traditional medicines in Latin America. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 7(1), 1–43. <https://doi.org/10.1186/1746-4269-7-9>
- Alves, R. R. N., Alves, R. R., Rosa, I. L., Neto, N. A. L., & Voeks, R. (2012). Animals for the gods: Magical and religious faunal use and trade in Brazil. *Human Ecology*, 40(5), 751–780. <https://doi.org/10.1163/157075409X432913>
- Alves, R. R. N., Neto, N. A. L., Santana, G. G., Vieira, W. L. S., & Almeida, W. O. (2009). Reptiles used for medicinal and magic religious purposes in Brazil. *Applied Herpetology*, 6(3), 257–274. <https://doi.org/10.1163/157075409X432913>
- Anderson, E. N. (2005). *Everyone eats: Understanding food and culture*. New York: NYU Press. <https://books.google.com.br/books?id=hBFoAgAAQBAJ>
- Andrade, A. M., & Tatto, N. (2013). *Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Atran, S. (1990). *Cognitive foundations of natural history: Towards an anthropology of science*. Cambridge: University Press.
- Barros, F. B., Varela, S. A., Pereira, H. M., & Vicente, L. (2012). Medicinal use of fauna by a traditional community in the Brazilian Amazonia. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 8(1), 1–20.
- Begossi, A. (1992). Food Taboos at Buzios Island (Brazil): Their Significance and Relation to Folk Medicine. *Journal of Ethnobiology*, 12(1), 117–139.
- Bernard, H. R. (2006). *Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches* (4th ed.). Lanham-New York-Toronto-Oxford: AltaMira Press.
- Biernacki, P., & Waldorf, D. (1981). Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. *Sociol Method Res*, 10(2), 141–163.
- Bourdieu, P. (1983). *Esboço de uma teoria da prática*. New York: Ática.
- Cascudo, L. da C. (2011). *História da alimentação no Brasil* (4th ed.). São Paulo: Global.
- Certeau, M. de. (2014). *A invenção do cotidiano: I. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Colding, J., & Folke, C. (2001). Social taboos: “Invisible” systems of local resource management and biological conservation. *Ecological Applications*, 11(2), 584–600. [https://doi.org/10.1890/1051-0761\(2001\)011\[0584:STISOL\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1890/1051-0761(2001)011[0584:STISOL]2.0.CO;2)
- Costa, M. O. (2020). *Conhecimento tradicional e ensino formal: Desafios educacionais entre quilombolas no Vale do Ribeira (SP)*. (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba).
- Currier, R. L. (1966). The hot-cold syndrome and symbolic balance in Mexican and Spanish-

- American folk medicine. *Ethnology*, 5(3), 251–263.
- Daly, L., & Shepard, G. (2019). Magic darts and messenger molecules: Toward a phytoethnography of indigenous Amazonia. *Anthropology Today*, 35(2), 13–17. <https://doi.org/10.1111/1467-8322.12494>
- De Castro, F., & McGrath, D. (2001). O manejo comunitário de lagos na Amazônia. *Parcerias Estratégicas*, 6(12), 112–126.
- De Vivo, M., Carmignotto, A. P., Gregorin, R., Hingst-zaher, E., Iack-ximenes, G. E., Miretzki, M., ... Taddei, V. A. (2011). Checklist dos mamíferos do Estado de São Paulo, Brasil. *Biota Neotropica*, 11(1), 1–21.
- Descola, P. (1998a). Estrutura ou sentimento: A relação com o animal na Amazônia. *Mana*, 4(1), 23–45.
- Descola, P. (1998b). Estrutura ou sentimento: A relação com o animal na Amazônia. *Mana*, 4(1), 23–45.
- Descola, P. (2013). *Beyond nature and culture*. London: University of Chicago Press.
- Descola, P., & Pálsson, G. (1996). Introduction. In *Nature and Society*. London and New York: Routledge.
- Douglas, M. (2000). *Pureza e Perigo* (2nd ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Douglas, M. (2003). Standard Social Uses of Food: Introduction. In *Food in the social order*. London and New York: Routledge.
- Durkheim, É. (1996). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Durkheim, É., & Mauss, M. (1963). *Primitive classification*. Chicago: University of Chicago Press.
- Evans-Pritchard, E. E. (2005). *Bruxaria, oráculos e magia entre os azande*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Figueiredo, R. A. A., & Barros, F. B. (2016). Caçar, preparar e comer o “bicho do mato”: Práticas alimentares entre os quilombolas na reserva extrativista ipaú-Anilzinho (Pará). *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, 11(3), 691–713. <https://doi.org/10.1590/1981.81222016000300009>
- Foster, G. M. (1953). Relationships between Spanish and Spanish-American folk medicine. *Journal of American Folklore*, 66, 201–218.
- Frazer, J. G. (2014). *The golden bough: a study of magic and religion*. Heritage Illustrated Publishing.
- Futemma, C., Munari, L. C., & Adams, C. (2015). The Afro-Brazilian Collective Land: Analyzing Institutional Changes in the Past Two Hundred Years. *Latin American*

- Research Review*, 50(4), 26–48.
- Galvão, E. (1955a). *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. São Paulo: Companhia das Letras. <https://doi.org/10.31819/9783865279224-003>
- Galvão, E. (1955b). *Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. São Paulo: Companhia das Letras. <https://doi.org/10.31819/9783865279224-003>
- Gonçalves, S. M. M. (2020). *A práxis na paisagem e a experiência do conhecimento ecológico entre quilombolas e caboclos (Mata Atlântica e Amazônia) (RELATÓRIO FAPESP 2018/20549-0)*.
- Guzmán, D. de A. (2009). Mixed Indians, Caboclos and Curibocas: Historical Analysis of a Process of Miscegenation; Rio Negro (Brazil), 18th and 19th Centuries. In Cristina Adams, R. S. S. Murrieta, W. A. Neves, & M. Harris (Eds.), *Amazon Peasant Societies in a Changing Environment: Political Ecology, Invisibility and Modernity in the Rainforest* (pp. 55–68). Dordrecht: Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4020-9283-1>
- Haijala, L. A. (2020). *A mulher e a agricultura quilombola no Vale do Ribeira (SP): Narrativas sobre conhecimento, memória e cotidiano*. (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba.
- Harris, M. (1985). *The Sacred Cow and the Abominable Pig*. New York: Simon & Schuster, Pub.
- Holbraad, M., & Pedersen, M. A. (2017). *The ontological turn: an anthropological exposition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ingold, T. (2000). *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. Psychology Press.
- Instituto Socioambiental (2017). *Terra titulada, liberdade conquistada*.
- Kohn, E. (2013). *How forests think: Toward an anthropology beyond the human*. Berkely-Los Angeles-London: University of California Press.
- Kohn, Eduardo. (2013). *How Forests Think: Toward an Anthropology beyond the Human*. Berkely-Los Angeles-London: University of California Press.
- Latour, B. (2009). *Jamais fomos modernos* (2nd ed.). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lévi-Strauss, C. (2010). *O cru e o cozido: Mitológicas I* (2nd ed.). São Paulo: Cosac Naify.
- Maués, R. H. (1990). *A ilha encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores*. Belém: EDUFPA.
- Maués, R. H., & Maués, M. A. M. (1978). O modelo da “reima”: representações alimentares em uma comunidade amazônica. *Anuário Antropológico*, 120–147.
- Mauss, M. (2000). *Esboço de uma teoria geral da magia*. Lisboa, Portugal: Edições 70.

- Mc Cune, L. M., & Kuhnlein, H. V. (2011). Assessments of indigenous peoples' traditional food and nutrition systems. In *Ethnobiology* (pp. 249–266). Hoboken.
- Melo, M. F. T. de, & Barros, F. B. (2016). O mundo segundo os quilombolas do bairro alto (Ilha de Marajó): Cosmovisões acerca da vida e das relações sociedade e natureza. *Aceno*, 3(6), 120–136.
- Meyer-Rochow, V. B. (2009). Food taboos: their origins and purposes. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 5(18), 1–10. <https://doi.org/10.1186/1746-4269-5-18>
- Moran, E. F. (2010). *Adaptabilidade humana: Uma introdução à antropologia ecológica* (2nd ed.). São Paulo: Senac São Paulo.
- Morsello, C., Yague, B., Beltreschi, L., Van Vliet, N., Adams, C., Schor, T., ... Cruz, D. (2015). Cultural attitudes are stronger predictors of bushmeat consumption and preference than economic factors among urban Amazonians from Brazil and Colombia. *Ecology and Society*, 20(4), 21.
- Murrieta, R. S. S. (2001). Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. *Revista de Antropologia*, 44(2), 39–88.
- Nascimento, A. C. S. (2019a). *Plano de gestão: Reserva de desenvolvimento sustentável Amanã. I e II*, 264.
- Nascimento, A. C. S. (2019b). *Plano de Gestão: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã* (p. 264). p. 264. Tefé: Governo do Estado do Amazonas.
- Nettle, D., Gibson, M. A., Lawson, D. W., & Sear, R. (2013). Human behavioral ecology: Current research and future prospects. *Behavioral Ecology*, 24(5), 1031–1040. <https://doi.org/10.1093/beheco/ars222>
- Nugent, S. (1993). *Amazonian caboclo society: An essay on invisibility and peasant economy*. Oxford: Berg.
- Pace, R. (1997). The Amazon Caboclo: What's in a Name? *Luso-Brazilian Review*, 34(2), 81–89.
- Paes, G. S. M. (2007). A “ Recomendação das Almas ” na Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas. (Tese de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Obtido de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01122009-160957/pt-br.php>
- Paes, G. S. M. (2014). Ventura e desventura no rio Ribeira de Iguape. (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Obtido em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13052014-112252/pt-br.php>

- Panzutti, N. M. (1999). Impureza e perigo para povos de floresta. *Ambiente & Sociedade*, 2(5), 69–77.
- Pedroso Júnior, N. N., Murrieta, R. S. S., Taqueda, C. S., Navazinas, N. D., Ruivo, A. P., Bernardo, D. V., & Neves, W. A. (2008). The house and the garden: socio-economy, demography and agriculture in Quilombola populations of the Ribeira Valley, São Paulo, Brazil. *Boletim Do Museu Paraense Emilio Goeldi. Ciências Humanas*, 3(2), 227–252.
- Peralta, N., & Lima, D. de M. (2013). Um panorama abrangente da economia doméstica de Mamirauá e Amanã em 2010. *Uakari*, 9(2), 33–62.
- Piperata, B. A. (2008). Forty days and forty nights: a biocultural perspective on postpartum practices in the Amazon. *Social Science & Medicine*, 67, 1094–1103.
<https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2008.05.031>
- Prado, H. M. (2020). *A práxis na paisagem e a experiência do conhecimento ecológico entre quilombolas e caboclos (Mata Atlântica e Amazônia) (RELATÓRIO FAPESP 2016/04680-4)*.
- Prado, H. M. (2012). *O conhecimento de agricultores quilombolas sobre forrageio e uso de habitat por mamíferos de grande porte na Mata Atlântica: Evidenciando a Centralidade dos Ambientes Antropogênicos na Constituição do Etnoconhecimento (Vale do Ribeira, SP, Brasil)*. Universidade de São Paulo.
- Prado, H. M., Costa, R., Schlindwein, M. N., Sérgio, R., & Murrieta, S. (2020). Ethnography, ethnobiology and natural history: narratives on hunting and ecology of mammals among quilombolas from Southeast Brazil. *Journal of Ethnobiology and Ehnomedicine*, 16(9).
- Prado, H. M., & Murrieta, R. S. S. (2018). The Role of Swidden Cultivation in Shaping Ethnozoological Knowledge: Integrating Historical Events and Intergenerational Analyses among Quilombolas from Southeast Brazil. *Journal of Ethnobiology*, 38(3), 297. <https://doi.org/10.2993/0278-0771-38.3.297>
- Queiroz, R. S. (2006). *Caipiras negros no Vale do Ribeira: Um estudo de antropologia econômica*. São Paulo: Edusp.
- Reis, N. R., Peracchi, A. L., Pedro, W. A., & Lima, I. P. (2006). *Mamíferos do Brasil*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- Rodrigues, A. G. (2001). Buscando Raízes. *Horizontes Antropológicos*, 7(16), 131–144.
- Santos, A. M. S. dos, Costa, E. M., & Barros, F. B. (2017). As parteiras e a arte de fazer partos em perspectivas cosmológicas na Ilha do Marajó. *Vivência: Revista de Antropologia*, 1(49), 201–218.
- Santos, K. M. P., & Tatto, N. (2008). *Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do*

Vale do Ribeira.

- Silva, A. L. (2007). Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). *Revista de Antropologia*, 50(1), 125–179.
<https://doi.org/10.1590/S0034-77012007000100004>
- Silva, M. das G. S. N. (2008). Dieta Alimentar de mulheres grávidas e paridas em áreas ribeirinhas da Amazônia. *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*, 1–7.
- Silveira, L. F., & Uezu, A. (2011). Checklist das aves do Estado de São Paulo, Brasil. *Biota Neotropica*, 11(suppl 1), 83–110. <https://doi.org/10.1590/s1676-06032011000500006>
- Souza, T. L. (2020). *A práxis na paisagem e a experiência do conhecimento ecológico entre quilombolas e caboclos (Mata Atlântica e Amazônia)* (RELATÓRIO FAPESP 2019/18730-1).
- Tambiah, S. J. (1990). *Magic, Science, Religion, and the Scope of Rationality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Thomas, K. (2010). *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Valsechi, J., & Amaral, P. V. (2009). Perfil da caça e dos caçadores na reserva de desenvolvimento sustentável Amanã, Amazonas, Brasil. *Uakari*, 5(2), 33–48.
- Vieira, M. A. R. de M., & Shepard, G. H. (2017). “A anta tem muita ciência”: Racionalidade ecológica e ritual da caça entre ribeirinhos amazônicos. In G. Marchand & F. Vander Velden (Eds.), *Olhares cruzados sobre as relações entre seres humanos e animais silvestres na Amazônia (Brasil, Guiana Francesa)* (pp. 17–32). Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- Viertler, R. B. (2002). Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In *Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas*. Rio Claro: UNESP/CNPq.
- Viveiros de Castro, E. (2002a). *A inconstância da alma selvagem* (E. Viveiros de Castro, Ed.). São Paulo: Cosac Naify.
- Viveiros de Castro, E. (2002b). Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena. In E. Viveiros de Castro (Ed.), *A inconstância da alma selvagem* (pp. 345–400). São Paulo: Cosac Naify.
- Wagley, C. (1957a). *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Wagley, C. (1957b). *Uma comunidade amazônica: Estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- Wawzyniak, J. V. (2003). “Engerar”: uma categoria cosmológica sobre pessoa, saúde e corpo. *Ilha Revista de Antropologia*, 5(2), 33–55.
- Wawzyniak, J. V. (2012). Humanos e não-humanos no universo transformacional dos ribeirinhos do rio Tapajós – Pará. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 17(1), 17–32. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2012v17n1p17>
- Weinstein, B. (1993). *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. São Paulo: Hucitec/Edusp.
- Woortmann, K. (2008). Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas. *Caderno Espaço Feminino*, 19(1), 17–30.

4. CONCLUSÕES GERAIS

O objetivo central dessa dissertação consistiu na busca por compreender como se estruturam os sistemas de classificações de tabus e restrições alimentares entre ribeirinhas e quilombolas e suas influências nas práticas realizadas diariamente por essas mulheres, comparando estes dois contextos. As categorias que compõem os sistemas de restrição e tabus alimentares entre ribeirinhas e quilombolas (Amazônia e Mata Atlântica) foram analisadas de acordo com seus relatos. Nessa análise foram utilizadas categorias analíticas (quente-frio, seco-úmido, reimoso-não reimoso e puro impuro; amamentação, gestação, quaresma, menstruação, resguardo e enfermidade) para uma melhor compreensão desses sistemas. Dessa forma, as diferenças e as semelhanças nos relatos dessas mulheres puderam ser pontuadas e discutidas.

Como pudemos analisar, os sistemas de restrição e tabus alimentares entre ribeirinhas e quilombolas se estruturam essencialmente a partir de classificações dos alimentos e de situações de liminaridade. Entre as mulheres ribeirinhas, o sistema da reima predominou na fala das entrevistadas, quando estas destacavam as restrições alimentares. A classificação do alimento em reimoso/não reimoso se deu de forma constante durante as entrevistas com estas mulheres. Nas entrevistas com as mulheres quilombolas a classificação dos alimentos em quente ou frio se sobressaiu na fala de mais da metade das mulheres entrevistadas. Os dados aqui apresentados reforçam o que se pode encontrar na literatura sobre a predominância da reima no contexto amazônico e do quente/frio nas outras regiões do Brasil.

A menstruação, a gestação e o pós-parto/resguardo foram as situações de liminaridade mais destacadas pelas mulheres ribeirinhas e quilombolas. Essas situações envolvendo a mulher propiciam restrições alimentares e outros tipos de interdições sociais, como restrições ao uso dos rios, da mata, de práticas na agricultura, dentre outros, recaindo principalmente sobre esse segmento. Foi possível acessar, através dos relatos de mulheres quilombolas do Ribeira e ribeirinhas do Amanã, restrições alimentares e essas outras proibições sociais associadas aos períodos de menstruação, gestação e resguardo. Nesses períodos, a noção de contágio se fez fortemente presente nas narrativas dessas mulheres num contexto de transferência de propriedades entre humanos e não humanos (plantas, animais, entre outros).

Dessa forma, conseguimos discutir esses relatos à luz do conceito de impureza de Mary Douglas (2000). Esse conceito envolve noções de pureza, poder, perigo, ambiguidade, que se assentam no estudo das classificações e da ordem social. Douglas (2000) enfatiza elementos que ou não pertencem a nenhuma classe definida ou são ambíguos (pertencendo a

duas classes distintas) para descrever noções de poder e perigo. A partir dessa interpretação simbólica, a gestação e a menstruação, como situações que deflagram restrições, puderam ser discutidas como momentos que denotam ambiguidade e deturpam a ordem das coisas. A condição da gestação, por exemplo, pode simbolizar perigo e poder, demonstrando por um lado a vulnerabilidade (perigo) e por outro a imprevisibilidade (poder).

A noção de transferência de propriedades, estados, comportamentos, etc., que dialoga com a noção de contágio e perigo de Douglas (2000), também pode ser lida na sua dimensão ontológica. Para tanto, a concepção do analogismo de Descola (2013) foi utilizada como modelo interpretativo. Numa sociedade analogista o mundo é fragmentado, pois cada elemento que compõem esse mundo é único. É nessa concepção que emerge a noção de que os elementos que compõem cada indivíduo podem ser transmitidos de um ser para outro. Essa transmissão pode se apresentar como fonte de perigo, pois afeta os seres constantemente. Por isso, esse mundo que funciona mediante o analogismo ganha sentido através de analogias, as quais conectam esses elementos tão únicos. E o perigo constantemente presente, essencialmente quando o corpo está mais exposto ao meio externo, como nos períodos de enfermidade, no pós-parto, dentre outros, pode ser neutralizado com restrições alimentares e outras interdições sociais como medidas de proteção.

A análise epistêmica e ontológica sobre tabus aqui apresentada em conjunto com a análise quantitativa dos resultados evidencia as contribuições que um trabalho realizado nesse sentido complementar pode trazer, em prol de uma melhor compreensão sobre o tema. Em outras palavras, interpretações quantitativas associadas a análises qualitativas acrescem no entendimento e na compreensão de sistemas de conhecimento tão complexos. Isto posto, a interpretação dos sistemas simbólicos de mulheres quilombolas e ribeirinhas das áreas aqui estudadas promoveram uma melhor compreensão de como essas mulheres estruturam seus sistemas de crenças em tabus e como, mediante estes, se comportam em suas atividades diárias. Logo, esse conhecimento também pode servir de base para diálogos entre essas populações e ambientalistas.

O alto grau de convergência encontrado nos relatos sobre tabus entre mulheres quilombolas do Sudeste e ribeirinhas da Amazônia destaca importantes semelhanças entre dois contextos distintos. Estas semelhanças se evidenciaram especialmente nas noções de poder e perigo acerca da menstruação e gestação, assim como na presença de um pensamento simpático (ou analógico) governando as interdições alimentares nessas duas áreas de estudo. Diante do exposto, o caráter comparativo deste trabalho pode favorecer a compreensão de padrões em crenças e tabus no contexto rural brasileiro.

APÊNDICE A – Fotografias do contexto ribeirinho da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM (RDSA).



Legenda: Comunidade Boa Esperança na RDSA, com algumas casas dispostas à beira do lago. Fonte: Autoria própria



Legenda: Vegetação com marcação mais escura na parte de baixo do tronco, caracterizando a subida do rio em floresta de Igapó. Fonte: Autoria própria.



Legenda: Caderno de campo sendo utilizado para registrar a viagem rumo às comunidades ribeirinhas. Fonte: Autoria própria.



Legenda: Mandiocas coletadas em cultivo próprio, sendo descascadas para produção de farinha. Fonte: Autoria própria.



Legenda: Mulher colocando a mão na massa de mandioca misturada a água para separação da goma. Fonte: Autoria própria



Legenda: Mulher peneirando a goma, numa das etapas de produção de farinha branca. Fonte: Autoria própria



Legenda: Farinha sendo “torrada” em etapas finais de produção numa das casas de farinha da comunidade Boa Esperança. Fonte: Autoria própria



Legenda: Peneira usada na produção de farinha sendo manualmente construída para comercialização sobre o piso da sala de uma moradora. Fonte: Autoria própria.



Legenda: Cacho de açaí coletado para consumo local. Fonte: Autoria própria



Legenda: Típica cozinha ribeirinha com as panelas e os utensílios organizados em fileiras. Fonte: Autoria própria.

APÊNDICE B – Fotografias do contexto quilombola do Vale do Ribeira, SP.



Legenda: Vista de uma parte da comunidade Pedro Cubas, com a Mata Atlântica ao fundo. Fonte: Autoria própria



Legenda: Entrevista realizada ao longo de uma caminhada. Fonte: Autoria própria



Legenda: Visita a plantação de uma das mulheres entrevistadas. Fonte: Autoria própria.



Legenda: Mulheres apresentando cultivos pertencentes a família de uma delas. Fonte: Autoria própria



Legenda: Quilombola mostrando sua plantação no quintal de sua casa. Fonte: Autoria própria



Legenda: Quilombola apresentando uma parte de seu cultivo de arroz mais ao fundo de sua casa. Fonte: Autoria própria



Legenda: Quilombola indicando seu cultivo. Fonte: Autoria própria.

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista utilizado nos dois contextos

DADOS PESSOAIS

Nome Completo/Idade/Naturalidade/Estado Civil/Filhos/Escolaridade

1. HISTÓRIA DE VIDA/HISTÓRIA ORAL

- 1.1 A Sra. se criou com seus pais? Como foi sua criação?
- 1.2 Quando começou a trabalhar? Em que tipo de trabalho?
- 1.3 A Sra. Já foi casada quantas vezes?
- 1.4 Quantas vezes se mudou durante sua vida?
- 1.5 Quantos tipos de trabalho (ou atividade) já desempenhou?
- 1.6 Quando e como foi a história de criação desta comunidade?
- 1.7 Quais as principais mudanças que a comunidade já viveu ou tem vivido?
- 1.8 A Senhora é de alguma religião? Qual? Já foi de outra? Quando?

2. GÊNERO, ECONOMIA DOMÉSTICA E CAPTAÇÃO DE RECURSO
(PASSADO EPRESENTE)

- 2.1 Antigamente, o marido e a mulher trabalhavam juntos ou separados aqui na comunidade? E hoje?
 - 2.1.1 Existiam trabalhos (ou atividades) que só o homem fazia; ou trabalhos que só a mulher fazia? E hoje em dia?
- 2.2 Que tipo de trabalho a Sra. chegou a fazer durante a infância e quando era menina?
- 2.3 E depois que se casou? E depois que teve filhos?
- 2.4 Hoje em dia, qual é a rotina do seu dia a dia? Quando as crianças estão de férias da escola essa rotina muda? Como?
- 2.5 Ter filho homem ou mulher interfere de modo diferente na rotina do homem daqui? Como?
- 2.6 A Sra. pesca (ou já pescou; ou participou de pescarias)? Que tipo de pesca a Sra. faz? Era mais para o consumo ou comércio? Quais peixes gosta de pescar?
 - 2.6.1 Tem uma história de pescaria que a Sra. gostaria de contar (que viveu ou ouviu falar)?
- 2.7 A Sra. caça (ou já caçou; ou participou de caçadas)? Que tipo de técnica de caça usa(armadilha/espingarda)? Que tipo de bicho a Sra. gosta de caçar? Era mais para

o consumo ou comércio?

2.7.1 Tem uma história de caçada que a Sra. gostaria de contar (que viveu ou ouviu falar)?

2.8 A Sra. quebra castanha (ou outro tipo de extrativismo)?

2.9 A Sra. trabalha no sítio?

2.10 A Sra. trabalha na roça. De quais atividades a Sra. participa?

3. PAISAGEM

3.1 Qual a área da reserva ou da comunidade a Sra. mais gosta de visitar/trabalhar?

3.2 Quais são os nomes dos lugares que existem aqui na área da comunidade?

3.3 Como a Sra. chama a área ao redor e atrás da sua casa? Que tipos de plantas tem nela?

3.3.1 Para que servem essas plantas (alimento, tempero, medicinal, religião/simpatia)?

3.4 A Sra. planta flores? Onde? Como chama essa área (jardim)?

3.5 O que faz na roça depois que tira a mandioca? A roça vira o que depois?

(Se respondeu capoeira) 3.5.1 Que tipos de capoeiras existem?

3.6 Existe algum lugar especial para a Sra. aqui na área?

3.7 A Sra. já viu ou escutou alguma coisa estranha no rio ou em terra? Já teve medo?

3.8 O que os mais velhos falavam sobre assombração ou feitiçaria? Tem alguma história que a Sra. gostaria de contar?

3.9 A Sra. já ouviu falar em: caboclinho? Mapinguari? Curupira? matita-perera? Saci? Negro d'água?

4. TABUS

4.1 Existem alimentos que a pessoa não pode comer em alguma data (religiosa)?

4.2 Existem alimentos que a pessoa não pode comer quando está com algum problema de saúde?

(Em caso positivo) 4.1.1 Vocês chamam esses alimentos? (depois da resposta perguntar se ela conhece ou já ouviu falar no termo reimoso).

4.3 Quais são esses alimentos?

4.4 Se o marido come um alimento desses, isto pode fazer mal para a mulher?

4.5 E quando a mulher menstrua? Tem alimento que é proibido?

- 4.6 E quando vai ter o bebê, que tipo de alimento não pode?
- 4.7 Qual o cuidado que a mulher deve ter durante a gravidez?
- 4.8 O que pode e não pode acontecer com a mulher quando ela está grávida?
- 4.8.1 Existe remédio do terreiro/quintal ou do mato que é usado durante e após o parto?
- 4.9 Como é o resguardo e quanto tempo dura?
- 4.10 O que pode e não pode acontecer com a mulher quando ela está de resguardo?
- 4.11 Hoje a Sra. acha que as mulheres não querem ter tantos filhos como antigamente?
- 4.12 O que as mulheres fazem para evitar ter filhos? Elas usam algum remédio da farmácia ou cozimento (com plantas daqui)? Quais seriam?
- 4.13 Aqui tem caso de mulheres que ficaram grávidas, mas não quiseram ter as crianças? Como elas fizeram para não ter?

APÊNDICE D – Lista de itens alimentares sob restrição de acordo com a situação de vulnerabilidade, o contexto etnográfico e o número de citações.

Lista - Categorias êmicas sujeitas a restrições no Lago Amanã (AM) e Vale do Ribeira (SP) para diferentes situações de vulnerabilidade. Ordenadas por número total de citações.

A: Amamentação; E: Enfermidade; G: Gestação; I: Indefinido; M: Menstruação; Q: Quaresma; R: Resguardo. LA: Lago Amanã; VR: Vale do Ribeira. LA: Lago Amanã; VR: Vale do Ribeira.

Item sob restrição	Situação de Vulnerabilidade	Contexto Etnográfico	Número de Citações
Ovo	E;M;R	LA;VR	20
‘Comida requentada’	R	VR	15
‘Comida reimosa’	A;E;M;R	LA	15
‘Carne Vermelha’	Q;R	VR	14
Anta	A;E;R	LA	12
Peixe	E;M;R	LA;VR	11
Caça	E;M;R	LA;VR	10
Abacaxi	E;M;R	LA;VR	9
Porco	E;R	LA;VR	8
Manga	E;M;R	LA	8
Tatu	E;G;R	LA;VR	7
Melancia	E;M	LA	7
Pirarucu	E;R	LA	7
Jabuti	A;E;G;R	LA	7
Paca	A;E;R	LA;VR	6
Surubim	E;R	LA	6
Caititu	E;R	LA	5
‘Peixes reimosos’	E;R	LA	5
‘Fruta azeda’	E;M;R	LA	5
Arroz	I;R	VR	4
Mandioca	G;I;R	VR	4
‘Alimento gelado’	M	VR	4
Mutum	A;E;R	LA	4
Cutia	G;R	LA	4

Bacaba	E;M;R	LA	4
‘Comida azeda’	E;G;M	LA	4
Bodó	G;R	LA	4
Cupuaçu	E;M;R	LA	4
Feijão	I;R	VR	3
Couve	M;R	VR	3
Cebola	E;I	VR	3
Repolho	E;R	VR	3
Veado	R	VR	3
Pato	G;R	LA;VR	3
Abacate	E;M	LA	3
Açaí	E	LA	3
Piranha	E;R	LA	3
Veado roxo	A;R	LA	3
‘Bicho reimoso’	R	LA	3
Goiaba	G;M	LA	3
Palmito	R	VR	2
Banana	E;I	LA;VR	2
Laranja	M;R	VR	2
Mexerica	M;R	VR	2
Cara	G;I	VR	2
Mexerica verde	M	VR	2
Grão de feijão	E;R	VR	2
‘Animais de casco’	G	LA;VR	2
‘Animal matado no mundéu’	R	VR	2
‘Peixe não manso’	R	LA	2
Queixada	E;R	LA	2
‘Ovo de galinha’	M;R	LA	2
Tucunaré	R	LA	2
Pimenta	I	VR	1
Tamanduá	G	VR	1
Sazon	E	VR	1
Mortadela	E	VR	1

Linguiça	E	VR	1
Porco espinho	R	VR	1
Pepino	R	VR	1
Alface	R	VR	1
Inhame	G	VR	1
Chuchu	R	VR	1
Jacutinga	R	VR	1
Mamão	E	VR	1
Pão	I	VR	1
Abóbora	I	VR	1
‘Galinha botadeira’	R	VR	1
‘Leitoa dada cria’	R	VR	1
‘Galo que canta’	R	VR	1
‘Pé e cabeça de galo’	R	VR	1
‘Pé de galinha’	R	VR	1
Camarão	E	VR	1
‘Banana bicada por pássaro’	G	VR	1
‘Banana verde’	G	VR	1
‘Banana sem ser nanica’	I	VR	1
‘Peixe do olho vermelho’	R	VR	1
‘Tatu matado no mundéu’	R	VR	1
‘Animais que usam unhas pra subir’	G	VR	1
‘Veado fêmea’	A	VR	1
‘Fruta verde’	M	VR	1
‘Rabo de tatu’	G	VR	1
Tucumã	M	LA	1
‘Sardinha do rabo amarelo’	R	LA	1
‘Sulamba do rabo chato’	R	LA	1
‘Pirarucu da rabada vermelha’	R	LA	1
Curimata	E	LA	1
‘Galinha carijó’	R	LA	1
‘Jaraqui da escama grossa’	R	LA	1
Fruta	M	LA	1

Pirarara	E	LA	1
Tracajá	E	LA	1
Jacaré	E	LA	1
‘Animal judiado’	G	LA	1
Pacu	R	LA	1
Peixe liso	R	LA	1
Coió	R	LA	1

Fonte: Aatoria Própria.